

Acervo
ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____
cod. 032 00148

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROJETO DE MANEJO FLORESTAL PALMITO E PLANTAS MEDICINAIS JUNTO À COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA

Execução : Mitra Diocesana de Registro/SP
Financiamento: Fundação Palmares/Ministério do Trabalho
Apoio Técnico: Fundação Florestal

FEVEREIRO/98

*A DE-FF
para ciência -*

[Handwritten Signature]
02 mai 98
23h

CLAUDIO CARRERA MARETTI
Diretor de Operações

Responsável pelo projeto : Pde Miguel Reynaud - Mitra Diocesana de Registro

Coordenação Administrativa/financeira : Irmã Sueli Berlanga - Mitra Diocesana

Coordenação Técnica : Soc. Sandra Guanaes - Fundação Florestal

Responsável pelo acompanhamento e pela mobilização das comunidades quilombolas que participam do projeto

Carlos Nicomédis - Mitra Diocesana de Registro

Responsáveis pelo projeto de Manejo Agro-Florestal:

Eng. Agron. Ronaldo José Ribeiro - contratado pela Mitra Diocesana

Eng. Agron. Joanir Odorizzi - contratado pela Mitra Diocesana

Téc. Agríc. Wagner Portilho - Fundação Florestal

Responsáveis pela elaboração da cartilha sobre legislação ambiental:

Sandra Almeida - Secretaria do Meio Ambiente/SP

Roberto Resende - DEPRN/Secretaria do Meio Ambiente/SP

Ronaldo José Ribeiro - contratado pela Mitra Diocesana

Agentes comunitários, responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos de campo em suas respectivas comunidades:

Benedito Alves - monitor do Quilombo Ivaporunduva contratado pela Mitra Diocesana

Antônio Jorge - monitor do Quilombo de Pedro Cubas, contratado pela Mitra Diocesana

José da Guia - monitor do Quilombo de São Pedro, contratado pela Mitra Diocesana

São Paulo, 6 de março de 1998

Maria Aparecida da Silva
Coordenadora do Projeto de Qualificação e Requalificação da População para
Inserção no Mercado de Trabalho - Fundação Palmares

Prezada Senhora,

Conforme acertado anteriormente estamos encaminhando o Relatório de Atividades do Projeto de Manejo Florestal do Palmito e Plantas Medicinais junto à Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira.

Segue em anexo minuta da cartilha sobre legislação ambiental para sua apreciação e sugestões.

Está prevista a realização de novo Encontro Regional em março, em data a ser posteriormente definida. Gostaríamos de poder contar com a sua presença e também com a presidenta da Fundação Palmares, Dulce Maria Pereira.

Atenciosamente,


Sandra Maria Guanaes Soares
Coordenadora Técnica do Projeto

Ilma Sra.
Maria Aparecida da Silva
SBN- Quadra 02 – Ed. Central Brasília – 1º Subsolo
CEP – 70.040-904
Brasília – DF

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO DE MANEJO FLORESTAL DO PALMITO E PLANTAS MEDICINAIS EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA

INTRODUÇÃO

O Vale do Ribeira é a região que concentra o maior número de comunidades remanescentes de quilombos do Estado de São Paulo. Esse número significativo de comunidades negras decorre, em parte, da mineração, que em meados do século XVIII, predominou na região. Este trabalho será feito por escravos levados para as minas onde exerciam essa atividade. Com a abolição da escravidão, os escravos permaneceram na área, como lavradores, ocupando as terras e desenvolvendo uma agricultura de subsistência.

As áreas ocupadas pelas comunidades negras têm diversas origens segundo estudos já realizados: terras doadas por antigos senhores à escravos fiéis, terras doadas à santos (terras de santo), terras devolutas ocupadas logo após a Abolição, ou terras compradas por antigos escravos que aí constituíram família e organizaram um modo de vida próprio de sua cultura. A terra é o fator central que define suas formas de organização, com as características específicas de grupos negros, de origem escrava.

Segundo levantamentos preliminares há aproximadamente 25 comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, sendo que significativa parcela localiza-se nos municípios de Eldorado e Iporanga. Estas populações residem, geralmente, em locais de difícil acesso, desenvolvendo práticas produtivas tradicionais: roça de subsistência consorciada com atividades de coleta de produtos florestais, como o palmito, plantas medicinais, entre outros. São encontradas práticas de produção comunitária na maioria dessas comunidades, prevalecendo a utilização de mão de obra familiar.

O processo de organização das comunidades negras foi alavancado no início da década de 90, quando vários segmentos sociais da região do Vale do Ribeira se mobilizaram na luta contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape. Várias comunidades remanescentes de quilombos se incorporaram ao Movimento dos Ameaçados por Barragens - MOAB, e a partir daí se uniram em torno de objetivos mais amplos, discutindo questões concernentes à sua identidade, seus direitos, no sentido de preservar sua cultura.

Outro fator de agregação dos quilombolas em torno de sua organização foi o movimento desencadeado para dar aplicabilidade ao art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de propriedade definitiva a remanescentes de quilombos: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

JUSTIFICATIVA

Este projeto foi elaborado após um processo contínuo de reuniões nas diversas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, desde 1996, quando foram discutidas algumas questões essenciais para definir o encaminhamento de ações que viabilizem a introdução de medidas concretas que possam contribuir para a melhoria das condições de vida dessas populações. Assim a busca de alternativas produtivas compatíveis com a cultura local e com as especificidades ambientais da região do Vale do Ribeira foi uma das maiores preocupações das comunidades que participaram dessas discussões.

É preciso não esquecer que a estratégia de sobrevivência adotada pela população local é o da complementariedade econômica, onde são consorciadas várias práticas produtivas, como a roça de subsistência e a coleta de produtos florestais, como por exemplo o palmito e plantas medicinais.

É preciso buscar formas de encaminhamento de atividades que viabilizem projetos alternativos de geração de renda para essas populações, visto que a legislação ambiental incidente no Vale do Ribeira limita o desenvolvimento de práticas produtivas ocorrentes na região.

Deve ser salientado que um projeto com tais características não deverá sofrer solução de continuidade sob pena de provocar uma desestruturação de todo esse processo junto às comunidades quilombolas.

OBJETIVO

Melhoria das condições de vida das comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira identificando alternativas produtivas adequadas à cultura local e às características ambientais da região.

Pretende implantar atividades de geração de renda através do desenvolvimento de projetos de manejo de recursos agro-florestais, incluindo a melhoria de práticas agrícolas tradicionais de subsistência e de manejo de palmito, plantas medicinais, criando condições de o indivíduo permanecer na terra e, ao mesmo tempo, evitar que prossiga a clandestinidade da extração de produtos da floresta.

Inclui também realização de cursos de formação necessários ao processo de qualificação da mão de obra local.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO - JANEIRO/ FEVEREIRO/98

Durante este período foram feitas várias visitas e reuniões nas comunidades quilombolas envolvidas no projeto para encaminhar as atividades prioritárias para o desenvolvimento das atividades de manejo agro-florestal.

No intuito de fortalecer o processo de organização das comunidades foram realizados um Encontro Regional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira e um Curso de Cidadania e Relações Raciais.

A) - ENCONTRO REGIONAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA

Local - O Encontro foi realizado no Centro Pastoral de Registro, considerando a existência de uma infra-estrutura adequada ao desenvolvimento dos trabalhos.

Data - 17 e 18 de janeiro, das 9:00 às 17 horas.

Coordenação do Encontro

Socióloga Sandra Guanaes Soares da Fundação Florestal e Carlos Nicomedis da Diocese de Registro.

Convidados

Maria Aparecida da Silva, coordenadora deste projeto junto à Fundação Palmares
Engº Agrôn. Ronaldo José Ribeiro
Engº Roberto Resende - DEPRN/SMA
Téc.Agríc. Wagner Portilho - GDS/Fundação Florestal
Assist. Soc. Sandra Almeida - CPLA/SMA

Participantes

Estiveram presentes ao Encontro 23 representantes de 08 comunidades quilombolas: André Lopes, Galvão, Ivaporunduva, Nhungara, Pedro Cubas, São Pedro e Sapatú, no município de Eldorado e Pilões do município de Iporanga. Representando o MOAB compareceram Carlos Nicomedis e Noel Castelo da Costa.

Perfil dos participantes

Do total de participantes representantes das comunidades quilombolas presentes ao Encontro, houve um predomínio da presença de homens - 74% . Com relação à faixa etária prevaleceram os de mais idade - acima de 40 anos - com uma incidência de 52,1%. Na faixa de até 20 anos compareceram apenas 13%.

Este perfil pode ser explicado considerando o objetivo do Encontro que foi sedimentar as discussões com as lideranças das comunidades relativas ao estabelecimento de ações prioritárias a serem desenvolvidas no Projeto.

Alojamento/ Alimentação

Foi utilizado o alojamento do Centro Pastoral de Registro, sendo as refeições realizadas também no mesmo local.

Transporte

Foi alugado um micro-ônibus para transportar os quilombolas até Registro, cidade onde se realizou o Encontro.

Conteúdo

A pauta prevista para condução dos debates abrangeu os seguintes tópicos:

- importância do fortalecimento do aspecto organizacional das comunidades de quilombos, como forma de instrumentá-los a buscar, de forma organizada e participativa, a defesa de seus direitos além de integrá-los regionalmente, facilitando o encaminhamento unificado de suas principais reivindicações.
- estabelecimento de estratégias de ação no encaminhamento de projetos alternativos de geração de renda, considerando as práticas produtivas tradicionais e o manejo sustentado de recursos florestais, especialmente o palmito e plantas medicinais.
- importância do repasse de informações sobre legislação ambiental incidente na região do Vale do Ribeira.

Debates

Os itens acima foram exaustivamente debatidos durante o Encontro. Dentre as principais questões levantadas pelos participantes destacam-se alguns pontos de grande importância

1. Falta de continuidade dos projetos : considerando as experiências já vivenciadas por algumas comunidades. foi largamente enfatizada a preocupação pela descontinuidade dos projetos iniciados;

2. Os projetos a serem implantados têm que prever ações que proporcionem retorno financeiro rápido;
3. Falta de organização das comunidades: impede uma discussão mais sistematizada dos problemas locais. Os representantes dos quilombolas demonstraram grande preocupação com esse assunto e relataram os encaminhamentos que estão sendo feitos no sentido de fortalecer o seu aspecto organizacional., inclusive contando com a colaboração das associações com um nível de organização mais estruturado.
4. Falta de alternativas produtivas : as dificuldades decorrentes da falta de opções para geração de renda propicia insegurança entre os quilombolas. É uma questão que está sendo bastante discutida e algumas alternativas foram apontadas, como por exemplo a realização de cursos (artesanato, doces caseiros, pedreiro, guias de parques), piscicultura, apicultura, criação de animais silvestres, como por exemplo a capivara, diversificação da produção agrícola como café, cana.
5. Escasseamento do palmito : o repovoamento do palmito demanda um tempo muito longo para dar resultados efetivos. Embora a maioria das comunidades se interesse pelo manejo do palmito, querem, paralelamente, desenvolver outras atividades que propiciem um retorno mais rápido.
6. Ervas medicinais : a expectativa da comunidade é fazer o manejo das plantas medicinais e o processamento do produto; querem montar um pequeno galpão onde possam beneficiar as ervas, para que as mulheres e crianças trabalhem na secagem e no ensacamento das plantas medicinais.
7. Problemas ambientais para desenvolver a roça de subsistência : as dificuldades encontradas para obtenção de licença para o desmatamento para o plantio de produtos de subsistência também foi muito debatido.
8. Trabalhar com artesanato para ser vendido na estrada, em um quiosque que poderia centralizar produtos feitos por quilombolas
9. Falta de interesse dos jovens em participar dessas discussões. A tendência é a saída da comunidade em busca de emprego e lazer
10. Falta de maior conhecimento da legislação ambiental
11. Dificuldades de acesso às comunidades, principalmente na época das chuvas quando ficam completamente isoladas.
12. Problemas relacionados à educação, principalmente considerando o fechamento de algumas escolas da região, inclusive em comunidades quilombolas, que obrigas as crianças a um deslocamento muitas vezes mais difícil.
13. Importância de preservar a cultura negra.

Exposições

Foram feitas exposições por Ronaldo Ribeiro, engº agron. contratado para atuar no projeto, Roberto Resende do DEPRN, Wagner Portilho da Fundação Florestal e Sandra Almeida da Secretaria do Meio Ambiente.

Ronaldo Ribeiro, tratou especificamente dos planos de manejo de palmito e ervas medicinais, além de questões relacionadas com as práticas agrícolas tradicionais e as alternativas existentes.

Wagner Portilho fez um relato da experiência com repovoamento de palmito em 2 comunidades da região.

Roberto Resende abordou a questão do desmatamento: o art. 68 Constituição Federal abre o precedente para licenciar áreas de quilombos. Em 1997 foi concedida autorização coletiva de desmatamento para a Associação Quilombo de Ivaporunduva, nas áreas passíveis de desmatamento. Foi enfatizada também a questão das normas ambientais relativas às licenças e multas.

Sandra Almeida discorreu sobre a importância de um maior conhecimento sobre a legislação ambiental incidente no Domínio Mata Atlântica. A proposta é elaborar cartilhas que serão distribuídas em reuniões a serem realizadas nas comunidades, no mês de setembro.

Principais linhas de ação estabelecidas no Encontro :

- Fortalecimento do aspecto organizacional das comunidades quilombolas
- Manejo de Palmito
- Manejo de Plantas Medicinais
- Melhoria da produtividade da agricultura de subsistência
- Divulgação da legislação ambiental

O Projeto de Manejo de Palmito e de Plantas Medicinais, conforme foi decidido no Encontro, será desenvolvido em três comunidades. São Pedro, Ivaporunduva e Pedro Cubas. Os critérios que justificaram essa escolha foram: interesse demonstrado, nível de organização da comunidade, envolvimento com a exploração do palmito e a existência de áreas de floresta.

As demais ações previstas serão desenvolvidas nas 8 comunidades envolvidas no projeto.

B) CURSO DE CIDADANIA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Local - O Curso foi realizado no Centro Pastoral de Registro.

Data - 13,14 e 15 de fevereiro de 1998

Horário - Dia 13 - das 17:00 às 21:00 horas

Dia 14 - das 9:00 às 18:00 horas

Dia 15 - das 9:00 às 16:00 horas

Carga Horária - 20 horas

Coordenação do curso - Prof. Astrogilda Pereira dos Santos Valentim

Participantes

Compareceram ao curso 46 representantes das comunidades de Ivaporunduva, São Pedro, Nhungara, Pedro Cubas, Sapatú, Pilões, Galvão, Poça, André Lopes, Barra do Batatal, Bananal Pequeno e São Paulo.

Perfil dos participantes

Houve predomínio da presença de representantes do sexo masculino – 58,6%, embora a participação de mulheres (41,4%) tenha crescido em relação ao I Encontro Regional realizado em janeiro.

Conforme pode ser observado na tabela abaixo houve um maior contingente de pessoas na faixa etária de mais de 20 até 40 anos (63,4%), também apresentando uma alteração substancial se comparado com o I Encontro Regional, quando predominou a faixa de mais de 40 anos (52,1%).

Participantes do Curso de Cidadania e Relações Raciais no Brasil - fev/98

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
	%	%	%
Até 20 anos	29,2	11,8	22,0
De 21 a 40 anos	54,1	76,4	63,4
Mais de 40 anos	16,7	11,8	14,6

Alojamento/Alimentação

Os participantes do curso ficaram alojados nas dependências do Centro Pastoral de Registro onde fizeram suas refeições.

Transporte

A locomoção dos quilombolas até o local do curso foi feita por um micro-ônibus especialmente alugado para este fim.

Conteúdo

O Curso de Cidadania e Relações Raciais no Brasil foi estruturado de modo a permitir que seus participantes tivessem a oportunidade de comparecer ao lançamento do vídeo "Os Povos dos Quilombos", realizado no dia 13 de fevereiro, às 17 horas, na Assembléia Legislativa de São Paulo que mostra a história, a luta e a resistência dos quilombos do Vale do Ribeira. Esse ato foi promovido pelo Centro de direitos Humanos Gaspar Garcia e pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens.

O objetivo foi iniciar um processo de reflexão conjunta que subsidiasse as discussões previstas para serem desenvolvidas nos dias 14 e 15 em Registro.

Representantes de várias comunidades quilombolas participaram diretamente das atividades desenvolvidas durante o evento realizado no dia 13, em São Paulo.

Mesa Redonda sobre a problemática do Vale do Ribeira- foram abordadas 3 questões consideradas essenciais para a região: meio ambiente, reconhecimento das terras quilombolas e a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape. Benedito Alves da Silva, de Ivaporunduva, abordou o tema de meio ambiente, Antonio Jorge, de Pedro Cubas, falou sobre a questão das terras dos quilombos e Aurico Dias, de São Pedro, discorreu sobre os problemas decorrentes da construção de barragens no Rio Ribeira. Participaram também da mesa-redonda a Dra. Michael Nolan, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh e o deputado estadual Wagner Lino. A coordenação da mesa esteve a cargo do Frei Davi Raimundo dos Santos.

Exposição e venda de produtos artesanais típicos da região e elaborados pelos quilombolas.

Exposição fotográfica sobre os quilombos.

A parte musical ficou a cargo de representantes do Bairro de Ivaporunduva e Galvão que apresentaram músicas de sua autoria, retratando a realidade em que vivem.

Um grupo de dança, do bairro de Ivaporunduva, apresentou a dança da Monada e dança da Mão Esquerda.

O prosseguimento das atividades previstas no curso tiveram sequência nos dias 14 e 15, em Registro.

A prof. Astrogilda Pereira dos Santos Valentim, responsável pelo curso, abordou, no primeiro módulo, o papel do negro na sociedade brasileira desde o século XVI até os dias atuais; a partir daí, o segundo módulo abriu espaço para depoimentos e reflexões dos participantes sobre questões que permanecem atuais.

A parte expositiva abrangeu desde o Brasil Colônia, I e II Império, Período Republicano até a fase atual, enfocando a questão da cidadania, as relações sociais e o negro no mercado de trabalho. As relações de gênero desde o século XVI também foram destacadas, incluindo também o papel da mulher negra nesse contexto.

Nos debates tentou-se fazer a interligação entre os acontecimentos históricos desde o século XVI e os problemas que ainda persistem, como por exemplo a ocupação de terras no século XVI com a questão da terra hoje, relação do trabalho escravo com o trabalho assalariado, e na relação de gênero, ainda permanece a dominação sobre a mulher. A partir dessas reflexões vários depoimentos foram feitos permitindo ampliar a discussão.

C) - MANEJO FLORESTAL

C.1. Manejo de Palmito (Relatório técnico em anexo)

A metodologia adotada definiu a escolha de uma área de floresta - Unidade Demonstrativa de Manejo do Palmito- com uma média de 30 alqueires para cada uma das 3 comunidades escolhidas. Nesta Unidade de Manejo, foram instaladas parcelas permanentes para caracterizar a população natural do palmito.

Síntese do levantamento de campo realizado em Ivaporunduva, São Pedro e Pedro Cubas. Janeiro/98

Comunidade	Área de Unidade de manejo	Nº de Parcelas Permanentes	Média da População Jovem de Palmito	Média da População Adulta de Palmito	Matriz	
					Parcela	Hectare
Pedro Cubas	70 há	4	769	167	0	0
Ivaporunduva	50 há	3	662	127	0	0
São Pedro	60 ha	4	1.490	181	0	0

A regeneração natural é possível a partir da existência de plantas matrizes, e nesse sentido a legislação estadual estabelece que devem permanecer 50 matrizes na área de exploração. A análise da tabela anterior demonstra que, na região estudada, não foi encontrada nenhuma matriz por hectare, o que demonstra que é preciso estabelecer uma estratégia de enriquecimento das

áreas dos quilombos neste projeto e ao mesmo tempo dimensionar as possibilidades futuras para a sua exploração sustentada. Por isso, a longo prazo é necessário garantir o aparecimento de plantas matrizes, garantindo em média 50 plantas adultas por hectare.

A avaliação do levantamento de campo nas áreas estudadas apontam uma situação bastante delicada. Algumas discussões realizadas em cima desses resultados demonstram uma crescente preocupação dos quilombolas com essa situação, na medida em que grande parte dos moradores dessas comunidades dedicam-se à coleta clandestina do palmito.

C.2. Manejo de Plantas Medicinais (Relatório técnico em anexo)

O levantamento preliminar das plantas com propriedades medicinais utilizadas pelas comunidades de Ivaporunduva, São Pedro e Pedro Cubas aproveitou a mesma estrutura de parcelas permanentes usadas para o levantamento da população natural do palmito.

O trabalho de campo foi feito com a participação de moradores locais. A identificação visual das plantas indicadas pelas comunidades foi realizada em áreas cobertas com floresta, em áreas degradadas e nos arredores das casas dos moradores, ocasião em que relatavam a forma de utilização dessas plantas como forma de resolver seus problemas de saúde.

Nesta fase de inventário é importante definir quais as plantas que são utilizadas, de acordo com a tradição com finalidades medicinais. Ao mesmo tempo é necessário procurar reconhecer um exemplar da espécie descrita pela comunidade e o seu nome popular.

O levantamento preliminar apontou a existência de 119 plantas diferentes o que comprova a alta diversidade vegetal na área da Mata Atlântica. Para esse total de plantas apurou-se 300 indicações de uso.

A análise do levantamento preliminar permite concluir que diante da diversidade de plantas, nomes populares e usos indicados pelas comunidades há necessidade de dar continuidade aos trabalhos, envolvendo as comunidades e técnicos especializados.

O produto deste trabalho poderá definir as espécies com o potencial para o manejo, visando criar uma alternativa de renda para as comunidades, aliando proteção e manejo dos recursos naturais e também estabelecer as alternativas de uso de plantas para as comunidades no seu dia a dia.

D) MELHORIA DE PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

Esta atividade é a que demanda maior complexidade para a sua consecução. Inúmeras visitas às comunidades têm demonstrado que o nível de expectativa com relação à essa questão é bastante diversificado.

O fomento às práticas agrícolas tradicionais, segundo demanda apresentada pelos quilombos de Ivaporunduva e Nhungara, será iniciado com máquinas de beneficiar arroz alugadas após a colheita.

A comunidade de Pedro Cubas optou por trabalhar com preparo de solo para o plantio de milho, feijão e mandioca. Dessa maneira foi viabilizado o aluguel de um trator para realizar as operações de aração e gradagem do solo para o plantio de produtos de subsistência e técnicas de melhoria da qualidade do solo.

O custo do aluguel da máquina de beneficiar arroz e do trator justifica-se na medida em que os quilombolas terão maior disponibilidade de tempo para se dedicar a outras alternativas produtivas como na semeadura do palmito.

Lideranças de outras comunidades mencionaram o interesse em diversificar os produtos usualmente cultivados, como por exemplo cana de açúcar, pupunha, café. A criação de capivaras, vacas de leite, apicultura, piscicultura, artesanato também foram sugeridas pelos moradores das comunidades.

No caso de criação de capivaras foi mantido contato com o IBAMA/Iguape que demonstrou interesse nessa proposta, desde que seja encaminhado um projeto de criação desse animal silvestre. As matrizes poderão ser obtidas na Ilha Anchieta, situada no litoral norte do Estado de São Paulo, que está com uma superpopulação dessa espécie.

Considerando o interesse que moradores de Sapatú demonstraram em conhecer mais detalhes sobre a criação de capivaras, foi agendada visita a um projeto implantado em Registro. Porém essa programação foi alterada tendo em vista as fortes chuvas que assolaram a região, provocando inúmeras enchentes.

Pode-se perceber a preocupação dos quilombolas em viabilizar ações que propiciem um retorno financeiro mais imediato.

E) LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A partir das principais questões ambientais que afetam diretamente os moradores locais foi elaborado um roteiro para confecção de uma cartilha "Leis ambientais: o que pode... e o que não pode... ser feito?". Em seguida este texto foi discutido com algumas comunidades visando aprimorar a sua compreensão e a forma de apresentação.. A cartilha é composta de 12 páginas, com aproximadamente 26 perguntas. Serão editadas 1000 exemplares distribuídos em todas as comunidades quilombolas da região em reuniões a serem realizadas em março/abril.

O repasse de informações sobre as restrições ambientais a que estão sujeitas as populações locais será feito em reuniões realizadas diretamente em cada uma das comunidades partícipes do projeto, objetivando, com isso, incluir um maior número de pessoas nessa discussão.

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O fortalecimento da organização dos quilombolas é considerada como base fundamental para a defesa dos seus direitos.. Especialmente se for considerada a conjuntura atual que abre espaço para encaminhar algumas lutas, seja para fazer cumprir o art.68 do ADCT da Constituição Federal/88 que concede aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade da terra, seja para estabelecer alternativas de geração de renda.

• Encontro Regional

O Encontro teve o mérito de canalizar as discussões para questões bem objetivas, contando com a participação efetiva de todos os presentes. Além das atividades já estabelecidas ao longo de todo o processo de discussões foi sugerida a incorporação progressiva de outras ações na continuidade do projeto, como por exemplo a realização de cursos de artesanato, guia turístico, pedreiro...

- **Curso de "Cidadania e Relações Raciais"**

O curso destinou-se, não só às lideranças das entidades de representação, mas também aos jovens e mulheres, objetivando debater questões específicas desses grupos, abordando temas sobre o papel do negro na sociedade hoje, processo histórico/social, discussões de cidadania, relações raciais e de gênero. E a partir dessas discussões tentou-se contextualizar esses conceitos tomando como referência as experiências vivenciadas pelos participantes do curso.

- **Manejo de palmito**

Uma análise dos levantamentos de campo efetuados nas parcelas instaladas nas Unidades Demonstrativas de Manejo mostram que os estoques naturais do palmito estão bastante reduzidos, indicando a necessidade de realizar o repovoamento. Os resultados obtidos permitirão definir as estratégias para o repovoamento e enriquecimento das áreas.

Um ponto definido após esse levantamento é o volume estimado de sementes necessárias ao repovoamento.

Trabalhar com o manejo do palmito abre perspectivas, ainda que a médio prazo, de criar alternativas que conciliem a geração de renda com a proteção dos recursos florestais.

- **Manejo de plantas medicinais**

Foi grande o interesse demonstrado pelas comunidades quilombolas no tocante ao manejo de plantas medicinais.

O levantamento de campo realizado vai propiciar o conhecimento mais sistematizado a respeito da ocorrência de determinadas espécies com propriedades medicinais, com a efetiva participação dos moradores e que na etapa seguinte serão objeto de estudos mais detalhados com a finalidade de estabelecer parâmetros técnicos para o manejo sustentado, de acordo, com a legislação em vigor.

Após a fase do inventário serão selecionadas algumas espécies para dar continuidade aos estudos visando o manejo em regime de rendimento sustentado.

- **Melhoria de produtividade agrícola**

Pode-se observar que os quilombolas demonstraram grande preocupação com relação a essa atividade: descontinuidade de projetos iniciados anteriormente, vontade de desenvolver um projeto com finalidades comerciais e a dificuldade em conseguir mercado para os produtos produzidos.

A alocação de maquinário agrícola – máquina de beneficiar arroz e trator para trabalhar a terra para o plantio - é uma das demandas mais concretas a serem implementadas no projeto.

PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DO TRABALHO INICIADO EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Essa questão é primordial no contexto do presente projeto considerando as características do trabalho proposto. A perspectiva de continuidade do projeto, desenvolvido em parceria com a Fundação Palmares, é essencial para que se possam ser consolidadas práticas produtivas e educativas nas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.

Os planos de manejo agro-florestal implicam no desenvolvimento de um processo que deve ter retorno a médio prazo e qualquer interrupção antes de atingir resultados esperados colocará em risco todo o trabalho desenvolvido até o presente momento. : a inclusão dos quilombolas no plantio das sementes adquiridas pelo projeto, para implantar o repovoamento do palmito, é uma atividade que poderá gerar recursos.

A necessidade de descobrir alternativas produtivas para a população local está criando uma considerável demanda de cursos, que poderão contribuir para aumentar as opções de geração de renda : cursos de artesanato, de doces caseiros, cursos de processamento da cana, etc. A produção obtida a partir daí poderá ser comercializada em um quiosque especialmente construído para vender,exclusivamente, produtos feitos por quilombolas .

**RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO
DA POPULAÇÃO NATURAL DO
PROJETO DE ENRIQUECIMENTO
FLORESTAL ATRAVÉS DO
REPOVOAMENTO DE PALMITO
Euterpe edulis Mart. NAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO
VALE DO RIBEIRA.**

JOANIR ODORIZZI
ENGENHEIRO AGRÔNOMO

RONALDO JOSÉ RIBEIRO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO

MUNICÍPIO DE ELDORADO - SÃO PAULO

REGISTRO, FEVEREIRO DE 1998.

1. Informações Gerais

1.1 Requerente

NOME: MITRA DIOCESANA DE REGISTRO

C.G.C.: 46.586.319/0001-41

Endereço: Rua Nelson B. Badur, 360 - Registro São Paulo

Fone: 013 - 8211595

Propriedade: Terras dos Remanescentes de Quilombo do Pedro

Cubas, Ivaporunduva e São Pedro

Município de Eldorado, - São Paulo.

1.2 Elaboração do Projeto

Responsável Técnico:

Engenheiro Agrônomo Joanir Odorizzi

CREA 5060277396/sp

Engenheiro Agrônomo Ronaldo José Ribeiro

CREA 5060188035/sp

Endereço: Rua Sebastião Jorge Ribeiro, 155

Jardim Caiçara I - Registro - S.P.

Fone/fax: 013 8212339

1.3 Execução do Projeto

Responsável:

Responsável Técnico:

1.4 RESUMO TÉCNICO

UNIDADE DE MANEJO DO QUILOMBO IVAPORUNDUVA

Área Total do Projeto	
Área da Unidade de Manejo	50 ha
Número de Parcelas Permanentes	3
Média de Regeneração Natural	662 plantas jovens/ha
Média de Plantas Adultas	127 plantas/ha
Média de Plantas Matrizes	0

UNIDADE DE MANEJO DO QUILOMBO PEDRO CUBAS

Área Total do Projeto	
Área da Unidade de Manejo	70 ha
Número de Parcelas Permanentes	4
Média de Regeneração Natural	769 plantas jovens/ha
Média de Plantas Adultas	167 plantas/ha
Média de Plantas Matrizes	0

UNIDADE DE MANEJO DO QUILOMBO SÃO PEDRO

Área Total do Projeto	
Área da Unidade de Manejo	60 ha
Número de Parcelas Permanentes	4
Média de Regeneração Natural	1.490 plantas jovens/ha
Média de Plantas Adultas	181 plantas/ha
Média de Plantas Matrizes	0

RESUMO EXECUTIVO

OBJETIVO GERAL:

Realizar o levantamento da população natural do Palmito Juçara *Euterpe edulis Mart* com a finalidade de definir estratégia para o repovoamento florestal em áreas de florestas degradadas, visando criar alternativa que concilia a proteção dos recursos florestais com a geração de renda para as Comunidades Quilombolas, localizadas no município de Eldorado, Vale do Ribeira, Estado de São Paulo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir Unidades Demonstrativas do Manejo para o levantamento das populações naturais de palmitero nas comunidades quilombolas
- Promover o enriquecimento de áreas florestais degradadas pelo extrativismo intensivo.
- Promover a educação ambiental mostrando a viabilidade concreta de conciliar a geração de rendimento econômico com a preservação dos recursos florestais.
- Garantir geração de renda para famílias dos remanescentes de quilombo.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

1. ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO IVAPORUNDUVA
2. ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO PEDRO CUBAS
3. ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO SÃO PEDRO
4. DEPRN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
5. FUNDAÇÃO FLORESTAL, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO
6. ITESP, INSTITUTO DE TERRAS DE SÃO PAULO
7. MITRA DIOCESANA DE REGISTRO

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

RONALDO JOSÉ RIBEIRO - Engenheiro Agrônomo
JOANIR ODORIZZI - Engenheiro Agrônomo
JEFERSON VIANA DO NASCIMENTO - Técnico Agrícola

COLABORADORES

Sandra Guanaes - Fundação Florestal
Sandra Almeida - Secretaria do Meio Ambiente
Wagner G. Portilho - Fundação Florestal
Roberto Ulisses Resende - DEPRN
Inês - ITESP
Benedito Alves - Monitor do Quilombo Ivaporunduva
Antonio Jorge - Monitor do Quilombo Pedro Cubas
José da Guia - Monitor do Quilombo São Pedro

I INTRODUÇÃO

A região do Vale do Ribeira, localizada no sudeste do Estado de São Paulo, é reconhecida por seus problemas de ordem econômica e social, notadamente no que se refere a titulação das terras. De outro lado, é a região que concentra os mais importantes remanescentes da Floresta Tropical Atlântica, ou "Mata Atlântica" de todos países.

O elo mais fraco desta corrente são os pequenos produtores, em geral posseiros moradores nas regiões mais afastadas, nas terras mais declivosas e de baixa fertilidade natural. E ao mesmo tempo, são áreas com restrições de caráter ambiental, principalmente relativos as legislações dos Parques, APAs e de exploração das Espécies Nativas,

Particularmente, os moradores em remanescentes de Quilombo se caracterizam como comunidades negras, residentes no local desde o século XVIII. Como remanescentes de escravos, praticam agricultura e pecuária, possuem a propriedade coletiva das terras. As restrições da legislação ambiental dificultam a continuidade do sistema de pousio, ou agricultura itinerante, principal técnica de plantio utilizada pelos agricultores e impedem também a utilização para fins comerciais das espécies nativas que são exploradas.

Mais recentemente, além dos problemas gerais mencionados anteriormente enfrentam ainda a possibilidade da expulsão pela previsão da construção de barragens ao longo do Rio Ribeira de Iguape.

Por isso, cabe apresentar propostas, pesquisar alternativas e apresentar soluções para utilização das espécies florestais, buscando o equilíbrio necessário entre a preservação dos recursos naturais, anseio de toda a sociedade, a utilização econômica dos mesmos, necessidade urgente da população local.

Atualmente, a exploração do palmito na região do Vale do Ribeira apresenta mais aspectos negativos do que positivos. O corte é feito de maneira predatória e desordenada, com o processamento e a comercialização feitos de forma clandestina. Isto implica em problemas de ordem social, econômica, sanitária e ao meio ambiente,

Por último, cabe frisar que em janeiro de 1997 a região sofreu o impacto da maior enchente já registrada nos últimos cem anos no Rio Ribeira de Iguape, particularmente no município de Eldorado, conforme amplamente divulgado pela mídia nacional. Os pequenos agricultores ribeirinhos, como no caso das comunidades quilombolas, foram os mais castigados, por isso a necessidade de tomar medidas urgentes, e ao mesmo tempo duradouras que possam oferecer perspectivas para retomar a melhoria das condições de vida da população local.

II - REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento de tecnologias de manejo de áreas de florestas nativas, sob regime de rendimento sustentado, que tornem possível conciliar a conservação dos recursos naturais com o rendimento econômico imediato, são cada vez mais concretos. Os exemplos existentes no Estado de São Paulo como a regulamentação do manejo do Palmitero (*Euterpe edulis*), da Caixeta (*Tabebuia cassinoides*) e mais recentemente com o manejo do Jacatirão (*Tibouchina spp*), demonstram, que tanto do ponto de vista da legislação ambiental, como do desenvolvimento do conhecimento científico têm apresentado resultados que comprovam esta direção.

A metodologia para o manejo em regime de rendimento sustentado do Palmitero alicerçada em uma base teórica reconhecida, desenvolvida por

pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina em dez anos de estudos, (FANTINI, 1992) (REIS, 1993) e adotado pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo, que desenvolveu trabalhos semelhantes no Parque Estadual Intervales. (RIBEIRO, 1993). Os pressupostos adotados para o Manejo do Palmeiteiro considera os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, de acordo com Fantini (FANTINI, 1992) que afirma que a manutenção da biodiversidade local é fundamental seja do ponto de vista da conservação, ou do aproveitamento econômico dos recursos florestais através do manejo.

Segundo, que é importante estabelecer algumas síndromes para caracterizar a qual grupo ecológico pertence determinada espécie e assim facilitar a definição dos padrões de manejo, o que permite definir técnicas que podem ou não favorecer o seu estabelecimento. Mesmo assim, alerta para a necessidade de aprofundar a realização de estudos de auto-ecologia das espécies. (PIÑA RODRIGUES, 1990)

Em terceiro, que a retirada de biomassa de uma comunidade florestal é a maior ameaça à garantia da sustentabilidade do processo dinâmico e por isso torna-se imprescindível o acompanhamento sistemático, principalmente nas formações secundárias, devido a sua baixa diversidade, pois ainda se encontram no início do processo sucessional, (REIS ET AL., 1993),

Por último, a legislação ambiental, que antes optou pelo "tudo é proibido", começa a estabelecer mecanismos que possibilitem a exploração sustentada dos recursos florestais, concretamente, o Decreto Federal 750/93 que no seu artigo segundo, estabelece o padrão de exploração das espécies nativas, as condições necessárias e principalmente demonstra que a realização de trabalhos de pesquisa científica é a principal condição para a regulamentação do manejo de espécies nativas, e conseqüentemente obtenção de autorização para a exploração econômica.

De acordo com a metodologia proposta por Fantini (FANTINI, 1992), o manejo de espécies tropicais só É possível através do conhecimento da diversidade e da dinâmica da comunidade florestal, a partir do conhecimento da auto-ecologia da espécie manejada e do entendimento do papel desempenhado dentro da comunidade florestal. O estudo da auto-ecologia permite caracterizar a espécie escolhida dentro de uma comunidade florestal determinada, e a partir disto determinar quais as inter-relações que são estabelecidas.

A escolha desta espécie deve-se ao seu grande potencial para o manejo, que decorre de três características básicas: elevado valor comercial, ciclo florestal relativamente curto (10 anos) e grande abundância dentro da floresta (REIS, M.S., 1996)

Além destes aspectos, o potencial ecológico da espécie com intensa interação com a fauna, funcionando como fonte de alimentação de grande quantidade de animais, indica que o palmeiteiro pode ser uma espécie estratégica para a manutenção da dinâmica dos ecossistemas, bem como para a retomada da dinâmica em áreas de formação secundária, geralmente degradadas pelo extrativismo. (REIS, A., 1995)

A utilização do palmeiteiro trará efeitos ecológicos benéficos, pois a característica ombrófila da espécie, ou seja, desenvolver-se a sombra das demais, permite o manejo dentro das áreas de floresta. Assim, é preciso conservar a floresta para que possa haver produção de palmito.

Outra característica importante é a sua grande produção de frutos, o que indica que a regeneração natural também é abundante. Os estudos indicam cerca de 12.000 plântulas em média por hectare. (REIS M. S., 1996)

Vários projetos para o manejo do palmitreiro já estão em andamento na região, como indicam os trabalhos de Resende e Ribeiro (RESENDE, 1996), (RIBEIRO, 1996). Entretanto, verifica-se a carência na adoção do modelos pelas comunidades tradicionais ainda não foi realizado nenhum projeto de enriquecimento de áreas de florestas.

III - OS ENTRAVES DO PROCESSO

O manejo do palmitreiro apresenta perspectivas bastante favoráveis. Entretanto, salientamos alguns problemas que tem impedido o bom andamento de todo o trabalho. De modo geral, a exploração desordenada do palmitreiro acarreta problemas de ordem.

- ambiental: os estoques naturais do palmitreiro estão cada vez mais reduzidos, com prejuízos para assegurar a conservação dos ecossistemas naturais.

- sanitários, pois o produto, na sua quase totalidade é processado clandestinamente e de forma inadequada, o que podem representar sérios riscos aos consumidores;

- sociais, pois é uma situação que gera vários conflitos envolvendo proprietários rurais, extratores e o aparato oficial de fiscalização, implicando em roubos, violência e corrupção;

- econômicos, pois da forma com a atividade vai sendo conduzida, de modo extrativo, acabará por provocar o seu próprio fim, esgotando uma importante fonte de renda e emprego para as comunidades locais.

Além disso, outros aspectos podem ser melhor detalhados e assim definidos de acordo com sua importância e intensidade:

1. A exploração ilegal do palmito

A situação sócio-econômica de pauperização de grande parcela da população na região do Vale do Ribeira, a falta de alternativas econômicas, aos posseiros e pequenos agricultores, que se agregam ainda ao crescente desemprego na área urbana, acabam por gerar enorme pressão sobre as áreas florestas naturais. De outro lado, o processo é estimulado pelos comerciantes e atravessadores de palmito, geralmente vindos de São Paulo.

Diante desta situação, muitos desempregados da cidade, pequenos agricultores e posseiros e acabam se sujeitando e entrando no mercado da clandestinidade do palmito, que se torna uma das poucas alternativas de renda imediata na região, que apesar da obtenção imediata de recursos, a margem de ganho do extrator é muito pequena em relação à do atravessador.

Esta situação acarreta diversos problemas, pois o cortador de palmito é obrigado a trabalhar à noite, nos dias de chuva e em condições bastante precárias. E pior do que isso, fica ônus da marginalidade e os riscos inerentes da atividade clandestina e em muitos casos tem o produto apreendido e respondem processos de ordem administrativa, criminal e penal.

2. A concorrência com o palmito clandestino

Hoje, grande parcela do produto disponível no mercado, principalmente nos grandes restaurantes e supermercados, são oriundos quase na sua totalidade de palmito retirado ilegalmente e de processamento duvidoso. Alias com grande

probabilidade de terem sido cortados nas áreas de proteção, Parques e Estações Ecológicas da região do Vale do Ribeira. O produto acaba chegando ao comerciante a um custo muito mais baixo do que o produzido de acordo com a normas de manejo estabelecidas, trazendo enormes prejuízos para todos:

- a) ao patrimônio natural pela dilapidação da biodiversidade local
- b) ao Estado, que não recebe os impostos decorrentes da industrialização e comercialização do produto. E também a necessidade de gastos com a proteção ambiental.
- c) ao produtor que se vê quotidianamente ameaçado pela ação dos ladrões de palmito
- d) ao consumidor que não tem nenhuma certeza sobre a qualidade do produto que esta consumindo.

3. O apoio Institucional

Apesar da existência da legislação que regulamenta o manejo do palmito no Estado de São Paulo, observa-se alguns problemas que dificultam aos produtores em sua maioria acesso ao licenciamento.

De um lado constata-se a demora no processo de vistoria e licenciamento pelo DEPRN - Departamento de Proteção dos Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, que conta com uma equipe técnica extremamente reduzida para atender a grande demanda de fiscalização, controle e licenciamento da região, aliados aos problemas de regularização fundiária das terras tornam o processo de licenciamento desacreditado e ineficaz em toda a região.

De outro lado, as instituições governamentais na região não dispõem de serviços de assistência técnica e extensão rural suficientes que possam contemplar a questão do manejo florestal, tanto no âmbito governamental. O mesmo quadro também poder ser considerando em relação as instituições não governamentais que não conseguem manter uma estrutura de apoio técnico de apoio as comunidades tradicionais de pequenos produtores e posseiros.

IV . METODOLOGIAS E RESULTADO DO LEVANTAMENTO

1. DESCRIÇÃO DA ÁREA

As áreas das comunidades remanescentes de quilombo estão localizadas entre os municípios de Eldorado e Iporanga ao longo das margens do Rio Ribeira de Iguape, são 09 comunidades, com área total estimada em cerca de 15.000 ha com uma população de cerca de 500 famílias. Para a realização deste trabalho foram definidas três comunidades: Pedro Cubas, Ivaporunduva e São Pedro.

O tipo de relevo predominante na área do projeto enquadra-se na classe forte ondulada e montanhosa, porém apresenta extensas áreas de baixadas, classificadas como várzeas de interior. A altitude no local varia entre 100 m a 1.000 m. Os solos predominantes são do tipo podzólico vermelho amarelo e latossolo vermelho amarelo, com associações bastante intensas com solos hidromórficos nas baixadas.

A área destinada a realização do Projeto é intensamente cortada por pequenos cursos d'água, característica muito comum em toda a região, formando importante bacia de captação de nascentes de vários ribeirões e rios, onde se destacam o Rio São Pedro, Ivaporunduva e Pedro Cubas que deságuam no Rio Ribeira de Iguape.

De acordo com a classificação climática de KOEPPEN, o clima regional é do tipo cfa-cfb, com temperatura média do mês mais quente superior a 18 °C . A temperatura do mês mais quente varia entre 24 a 25 °C, correspondendo aos meses de janeiro e fevereiro.

A precipitação média anual da região do Vale do Ribeira está em torno de 1.500 mm. com uma variação positiva ou negativa em torno de 250 mm. O média total de chuvas durante o mês mais frio alcança 60 mm.

A área dos Quilombos é coberta por uma vegetação bastante característica do Ecossistema Mata Atlântica, composta por um mosaico de áreas com floresta nativa, capoeiras em diversos estágios de desenvolvimento, clareiras, áreas de agricultura de subsistência, áreas de plantio de banana e áreas de pastagens.

2. A localização dos Quilombos

As áreas das comunidades quilombolas estão localizadas ao longo das margens do Rio Ribeira de Iguape entre os municípios de Eldorado e Iporanga podendo ser facilmente identificadas na base cartográfica 1:50.000 do IGBE.

O acesso até a área é feito a partir do município de Eldorado, estado de São Paulo seguindo pela Rodovia Estadual SP 139 em direção à Iporanga. O acesso ao Pedro Cubas, está localizado a 22,5 quilômetros a partir de Eldorado, atravessando o Rio Ribeira por balsa, no Bairro Ribeirão do Batatal, e seguindo por estrada de terra por cerca de 10 Km. O Ivaporunduva está localizado a 43 quilômetros, atravessando o rio Ribeira de Iguape por canoa. Finalmente o São Pedro esta localizado a 49 quilômetros a partir de Eldorado atravessando o Rio Ribeira por balsa, e seguindo pela estrada de terra por cerca de 8 quilômetros., conforme croqui de localização apresentado na Figura 1.

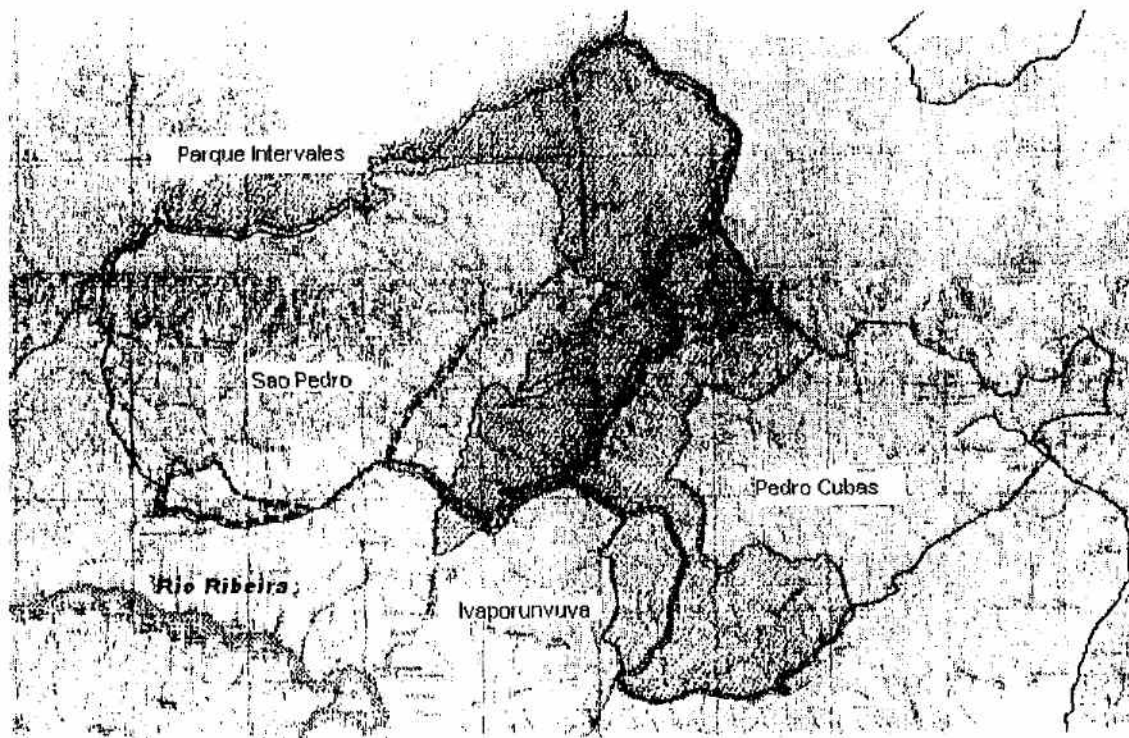


FIGURA 1 - Croqui de localização das áreas destinadas as Unidades de Manejo do Palmitreiro das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira.

3. METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO

3.1 A Escolha da Área das Unidades de Manejo

A escolha da área para a implantação das Unidades de Manejo foi realizada mediante avaliação preliminar na base cartográfica, onde foi considerado a existência de vias de acesso, de acidentes naturais e da variação de altitude com a finalidade de facilitar a definição do perímetro da área de manejo.

Posteriormente, a escolha da área foi confirmada através de um reconhecimento local da área previamente determinada, acompanhados pelo Monitor de cada uma das comunidades, onde se procurou observar visualmente a potencialidade local para a exploração do Palmiteiro e também para avaliar as vias de acesso e de infra-estrutura existentes para a realização do trabalho de campo.

Com a finalidade de viabilizar o trabalho de campo, dentro dos prazos e condições estabelecidas, definiu-se como estratégia a escolha de pequenas bacias, chamadas aqui de Unidades de Manejo, com no máximo 70 hectares, uma em cada comunidade participante do projeto. Solicitou-se ainda que a área indicada pela comunidade deveria ser representativa da realidade local de cada uma das comunidades.

Uma vez definido o local, deu-se início a demarcação do perímetro da área destinada ao plano de manejo, utilizando-se como metodologia básica a utilização de bússola para orientação e definição do rumo, do GPS (Mangelmam) para definição de pontos de orientação, conforme metodologia própria do Sistema de Orientação Geográfica.

Denominação	Área da Unidade de Manejo (Ha)	Número de Parcelas Permanentes
Quilombo Ivaporunduva	50	3
Quilombo Pedro Cubas	70	4
Quilombo São Pedro	60	4
Totalização	180 ha	

Para demarcação da área abrangida pelas Unidades de manejo, foi utilizado como base cartográfica um mapa planialtimétrico do local na escala de 1:50.000, do IBGE, cartas Mina do Espírito Santo, Ribeirão Itacolomi, Iporanga e Braço, publicadas em 1974 e 1987, como a delimitação da área dos Quilombos em mapeamento realizado pelo ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

A demarcação local do perímetro do projeto foi feito a partir de abertura de pequenas trilhas ou picadas, aproveitando-se algumas trilhas e caminhos já existentes e a ocorrência de acidentes naturais (rios e córregos), os pontos levantados pelo GPS e confirmados na base cartográfica. Depois foram marcados no local onde foram levantados com fita plástica colorida, com a finalidade de facilitar a fiscalização e mais tarde orientar o processo de exploração.

3.3 Sistemática do Inventário

A escolha da metodologia adotada para a realização do inventário se baseou nos seguintes fatores: 1) facilitar o deslocamento no campo, 2) determinar com segurança a localização da parcela, 3) diminuir o trabalho de abertura de caminhos entre as trilhas existentes até o local da parcela, 4) facilitar o trabalho de licenciamento, fiscalização e acompanhamento da exploração.

Determinado o perímetro das Unidades de Manejo e demarcadas as áreas de preservação permanente, procedeu-se então a definição da sistemática de amostragem para o levantamento de campo. A sistemática da amostragem foi realizada aleatoriamente, devendo ser ressaltado que os pontos amostrais, quando sorteados, dentro área de preservação permanente foram desconsideradas.

O número de parcelas permanentes da pré-amostragem foi feita com base na experiência de campo de que são necessários no mínimo uma parcela a cada 40 hectares de projeto, ou no máximo 1% da área total. No caso deste trabalho este aspecto não foi considerado relevante, salientando que o objetivo principal era definir a situação atual do perfil da população natural dos palmiteiros.

Em seguida procedeu-se a alocação e demarcação das parcelas permanentes no campo. Cada parcela permanente, alocada no mapa planialtimétrico da área, mede 40 X 40 m totalizando 1.600 m², subdividida em parcelas de 10 X 10, com estacas de arame galvanizado com uma fita colorida na extremidade e uma etiqueta de alumínio, que indica o número da parcela e da sub-parcela. Em cada parcela foi demarcado também sub-parcelas de 2 X 2 m, totalizando 31 sub-parcelas, em forma de cruz, com área total de 156 m² para realizar a avaliação da regeneração natural.

Em todas as parcelas permanentes foram etiquetados, numerados, medidos, mapeados em "croqui da parcela" e avaliada a fenologia reprodutiva de todos os palmiteiros com altura de estipe exposta superior a 1,30 m. O "croqui da parcela" mostra a localização de cada uma das plantas demarcadas no campo e que é parte integrante deste projeto, apresentado em anexo.

A leitura da medida do Diâmetro a Altura do Peito (DAP), foi realizada de acordo com a medida padrão, ou seja 1,30 m da altura do solo, utilizando-se de um paquímetro de alumínio, Modelo Haglof, graduado em centímetros e com precisão de uma casa decimal, sendo que uma das hastes foi sempre colocada acima da etiqueta de alumínio de numeração, com o objetivo de uniformizar o padrão de leitura do DAP das plantas de palmito amostradas.

Os dados referentes ao levantamento de campo foram processados em planilha eletrônica Excel 7.0, onde foi registrado o número da parcela, número da planta, DAP e fenologia reprodutiva respectivamente de cada um dos palmiteiros.

A fenologia reprodutiva dos palmiteiros foi avaliada de acordo com o padrão aqui estabelecido: 1 = planta jovem; 2 = matriz sem cacho; 3 = matriz com fruto e 4 = macho.

Nas sub-parcelas de 2 X 2 m, foi realizada a avaliação da regeneração natural, através da contagem no número de plantas com altura inferior 1,30 m de estipe exposta. As plantas foram divididas em três classes de altura de inserção, a saber: 0 a 10 cm; de 10 a 50 cm e as maiores de 50 cm de altura de inserção e menores que 1,30 m de altura de estipe exposta.

4. ANÁLISE DAS UNIDADES DE MANEJO

4.1 A Regeneração Natural do Palmiteiro

A regeneração natural de qualquer espécie florestal apresenta importância fundamental dentro do contexto de exploração em regime de rendimento sustentado, pois é o aspecto que permitirá a continuidade do processo de renovação do estoque a ser explorado no segundo ciclo de corte.

Os dados obtidos foram tabulados, através da contagem de frequência e consolidados nas Tabela I, II e III com o número de plantas levantadas por sub-parcela dentro das parcelas permanentes, divididas em classes de altura, o total por classe e por hectare e as respectivas médias obtidas, que são apresentadas logo a seguir.

Os resultados alcançados no levantamento realizado nas áreas quilombolas apresenta em média: no Ivaporunduva 662 plantas por hectare, no Pedro Cubas 769 plantas por hectare e no São Pedro 1.490 plantas por hectare, ou seja, a população jovem de palmiteiros está bastante abaixo da média alcançada em uma área em equilíbrio. Em outros levantamentos realizados permitem observar que a média da regeneração natural alcança 10.850 plantas jovens. (Odorizzi, 1995)

A situação de desequilíbrio é comprovada pelo limite mínimo de 5.000 plantas jovens por hectare, exigidos pela legislação de Manejo do Palmiteiro para o Estado de São Paulo,

Portanto, pode-se concluir que a regeneração natural do Palmiteiro nas Unidades de Manejo das áreas dos Quilombos pode ser considerada como fora dos padrões normais, o que permite concluir pela inviabilidade da exploração da espécie sob regime de manejo de rendimento sustentado. Esta situação demonstra a necessidade de definir estratégias para o enriquecimento da área conforme propõe este projeto.

Tabela I - Quadro do levantamento da Regeneração Natural das sub-parcelas das parcelas permanentes, divididas em três classes de altura e as estimativas do número de plantas, divididas em classes de altura por hectare, com as respectivas médias e totais estimados por hectare, do Quilombo Ivaporunduva, Janeiro de 98

Parcela	Classe Um	Classe Dois	Classe Três	Classe Um	Classe Dois	Classe Três	Total / ha
I	0	9	7	0	577	449	1.026
II	0	9	6	0	577	385	962
III	0	0	0	0	0	0	0
MÉDIA				0	385	278	662

CLASSE UM = Planta com altura < 10 cm até o ponto de inserção.

CLASSE DOIS = Planta com altura entre 11 e 50 cm de altura até o ponto de inserção .

CLASSE TRÊS = Planta com altura superior a 50 cm de altura de estipe

Tabela II - Quadro do levantamento da Regeneração Natural das sub-parcelas das parcelas permanentes, divididas em três classes de altura e as estimativas do número de plantas, divididas em classes de altura por hectare, com as respectivas médias e totais estimados por hectare, do Quilombo Pedro Cubas, Janeiro de 98

Parcela	Classe Um	Classe Dois	Classe Três	Classe Um	Classe Dois	Classe Três	Total / ha
I	0	4	6	0	256	385	641
II	0	2	1	0	128	64	192
III	1	9	13	64	577	833	1.474
IV	1	4	10	64	256	641	962
MÉDIA				21	321	427	769

CLASSE UM = Planta com altura < 10 cm até o ponto de inserção.

CLASSE DOIS = Planta com altura entre 11 e 50 cm de altura até o ponto de inserção .

CLASSE TRÊS = Planta com altura superior a 50 cm de altura de estipe

Tabela III - Quadro do levantamento da Regeneração Natural das sub-parcelas das parcelas permanentes, divididas em três classes de altura e as estimativas do número de plantas, divididas em classes de altura por hectare, com as respectivas médias e totais estimados por hectare, do Quilombo São Pedro, Janeiro de 98

Parcela	Classe Um	Classe Dois	Classe Três	Classe Um	Classe Dois	Classe Três	Total / ha
	0	0	1	-	-	64	64
II	6	21	18	385	1.346	1.154	2.885
III	0	4	13	-	256	833	1.090
IV	3	12	15	192	769	962	1.923
MÉDIA				144	593	753	1.490

CLASSE UM = Planta com altura < 10 cm até o ponto de inserção.

CLASSE DOIS = Planta com altura entre 11 e 50 cm de altura até o ponto de inserção .

CLASSE TRÊS = Planta com altura superior a 50 cm de altura de estipe

4.2 A População de Plantas Adultas

A estrutura populacional é o elemento básico para definir a estratégia de exploração em regime de manejo sustentado. O levantamento das plantas de palmito realizado, através das parcelas permanentes, tem como objetivo definir a estrutura atual da população de palmiteiros, definindo a sua quantidade e qualidade, através da curva de crescimento, bastante característica da espécie.

Nas Tabelas V, VI e VII, estão consolidados os dados obtidos no inventário florestal realizado nas Unidades de Manejo delimitadas dentro das áreas de Floresta das Comunidades Quilombolas com a síntese do número de plantas adultas, com altura de estipe exposta superior a 1,30 m, e a média estimativa de plantas por hectare, das parcelas permanentes levantadas a campo. Os resultados das Tabelas demonstram que a estimativa média de plantas de Palmiteiro por hectare é de 158 plantas adultas.

Tabela V - Número estimativo de Palmiteiros por parcela, com altura de estipe superior a 1,30 e estimativas de plantas por hectare resultantes do levantamento de campo da Unidade de Manejo do Quilombo Ivaporunduva, janeiro de 98.

Parcelas	Por Parcela	Por Hectare
1	19	119
2	28	175
3	14	88
TOTAL	61,00	381,25
MEDIA	20,33	127,08

Tabela VI - Número estimativo de Palmiteiros por parcela, com altura de estipe superior a 1,30 e estimativas de plantas por hectare resultantes do levantamento de campo da Unidade de Manejo do Quilombo Pedro Cubas, janeiro de 98.

Parcelas	Por Parcela	Por Hectare
1	28	175
2	21	131
3	40	250
4	18	113
TOTAL	107,00	668,75
MEDIA	26,75	167,19

Tabela VII - Número estimativo de Palmiteiros por parcela, com altura de estipe superior a 1,30 e estimativas de plantas por hectare resultantes do levantamento de campo da Unidade de Manejo do Quilombo São Pedro, janeiro de 98.

Parcelas	Por Parcela	Por Hectare
1	17	106
2	24	150
3	32	200
4	43	269
TOTAL	116	725
MEDIA	29	181

O Projeto apresenta também, nos seus anexos, o croqui de campo da cada parcela permanente com a localização de cada planta avaliada, bem como a planilha de dados de campo contendo o número da parcela, o número da planta, o DAP medido e a fenologia reprodutiva de cada planta, respectivamente.

4.3 As Perspectivas da Exploração de Plantas Adultas

O plano de manejo em regime de rendimento sustentável apresenta como um de seus aspectos básicos estabelecer um diâmetro limite de corte, que permite definir o número de indivíduos que serão explorados em número médio por hectare, e conseqüentemente qual será o estoque para o segundo ciclo de corte.

As Tabelas VIII, IX e X apresentam em síntese da perspectiva de exploração, sob regime de rendimento sustentado da Unidades de Manejo instaladas nas áreas dos Quilombos, que serão apresentados nas páginas seguintes e avaliados a seguir.

Pode-se observar pelos resultados obtidos em nenhuma das áreas avaliadas apresentam plantas adultas com o diâmetro limite de corte mínimo exigido, que estabelece como valor mínimo o DAP de 9 cm pela norma que regulamenta o manejo do Palmiteiro no Estado de São Paulo.

TABELA VIII - Perspectivas para a exploração de palmiteiros, sob regime de rendimentos sustentado, por Classes de DAP, por hectare, Da Unidade de Manejo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, S.P. Janeiro de 98

CLASSES DAP	PLANTAS		MATRIZES		Porta Semente	Planta Corte
	Parcela	Hectare	Parcela	Hectare		
<2	0	0	0	0	0	0
2 a 2,9	0	0	0	0	0	0
3 a 3,9	14	29	0	0	0	0
4 a 4,9	37	77	0	0	0	0
5 a 5,9	4	8	0	0	0	0
6 a 6,9	4	8	0	0	0	0
7 a 7,9	1	2	0	0	0	0
8 a 8,9	1	2	0	0	0	0
9 a 9,9	0	0	0	0	0	0
10 a 10,9	0	0	0	0	0	0
11 a 11,9	0	0	0	0	0	0
12 a 12,9	0	0	0	0	0	0
13 a 13,9	0	0	0	0	0	0
14 a 14,9	0	0	0	0	0	0
> 15	0	0	0	0	0	0
TOTAL	81	127	0	0	0	0

População de Palmiteiros do Quilombo Ivaporunduva

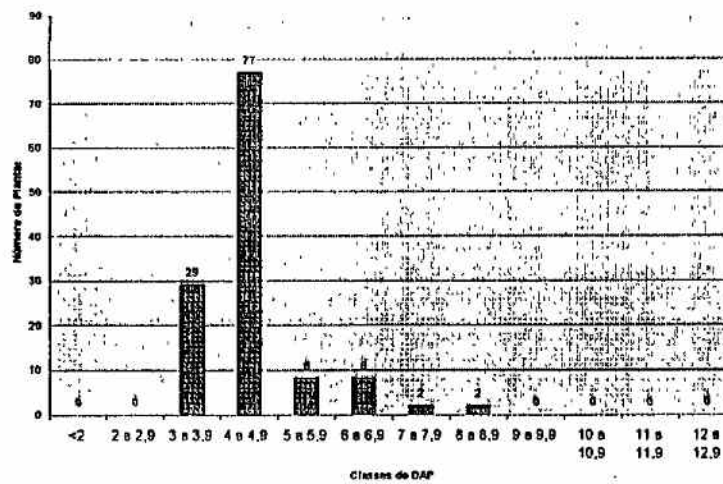


TABELA IX - Perspectivas para a exploração de palmiteiros, sob regime de rendimentos sustentado, por Classes de DAP, por hectare, Da Unidade de Manejo do Quilombo Pedro Cubas, Eldorado, S.P. Janeiro de 98

CLASSES DAP	PLANTAS		MATRIZES		Porta Semente	Plantas Corte
	Parcela	Hectare	Parcela	Hectare		
<2	0	0	0	0	0	0
2 a 2,9	1	2	0	0	0	0
3 a 3,9	16	25	0	0	0	0
4 a 4,9	43	67	0	0	0	0
5 a 5,9	29	45	0	0	0	0
6 a 6,9	11	17	0	0	0	0
7 a 7,9	4	6	0	0	0	0
8 a 8,9	2	3	0	0	0	0
9 a 9,9	0	0	0	0	0	0
10 a 10,9	1	2	0	0	0	0
11 a 11,9	0	0	0	0	0	0
12 a 12,9	0	0	0	0	0	0
13 a 13,9	0	0	0	0	0	0
14 a 14,9	0	0	0	0	0	0
> 15	0	0	0	0	0	0

Gráfico da População de Plantas adultas do Quilombo Pedro Cubas

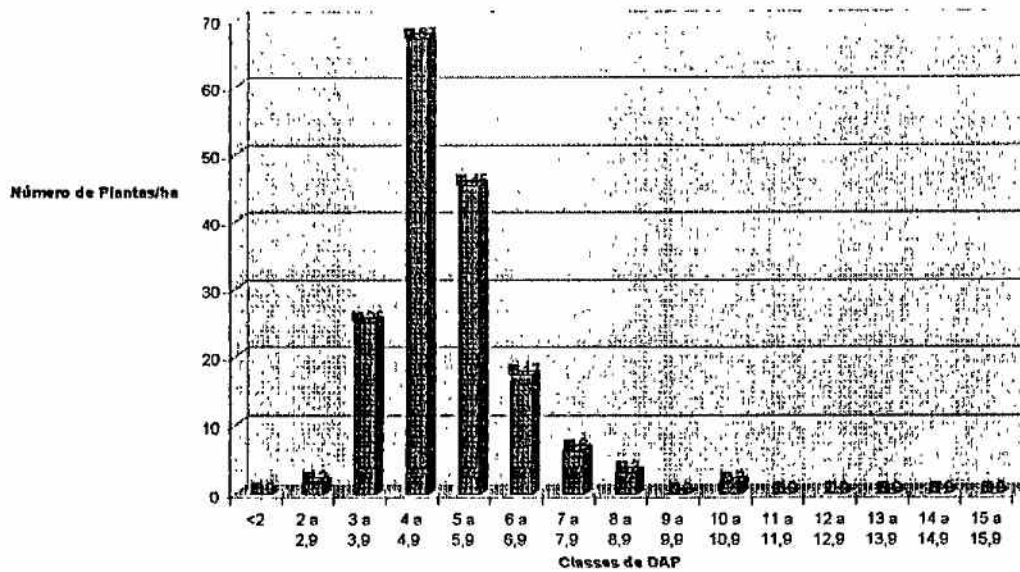
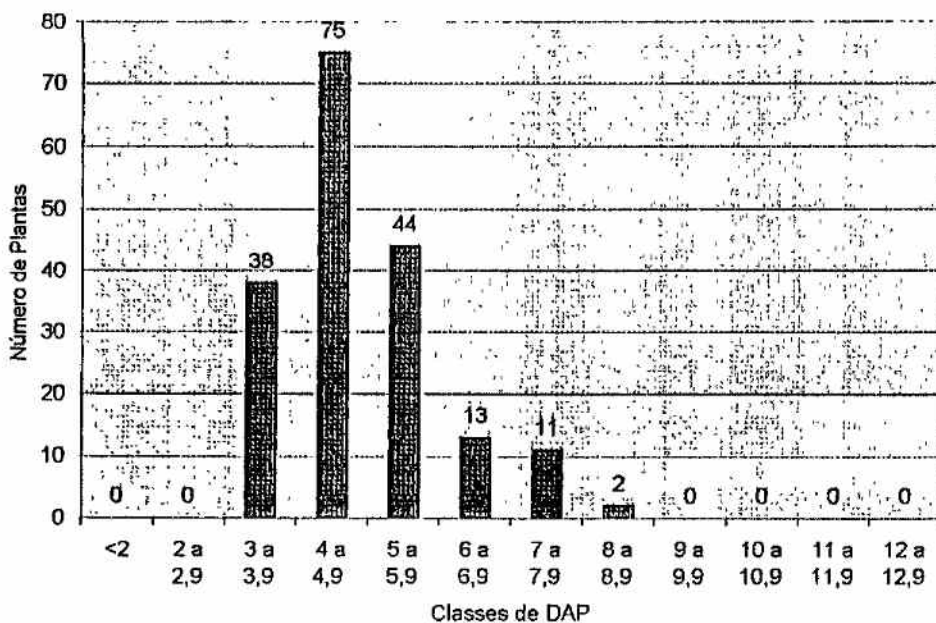


TABELA X - Perspectivas para a exploração de palmiteiros, sob regime de rendimentos sustentado, por Classes de DAP, por hectare, Da Unidade de Manejo do Quilombo São Pedro, Eldorado, S.P. Janeiro de 98

CLASSE DAP	PLANTAS		MATRIZES		Porta Semente	Plantas Corte
	Por Parcela	Por Hectare	Por Parcela	Por Hectare		
<2	0	0	0	0	0	0
2 a 2,9	0	0	0	0	0	0
3 a 3,9	24	38	0	0	0	0
4 a 4,9	48	75	0	0	0	0
5 a 5,9	28	44	0	0	0	0
6 a 6,9	8	13	0	0	0	0
7 a 7,9	7	11	0	0	0	0
8 a 8,9	1	2	0	0	0	0
9 a 9,9	0	0	0	0	0	0
10 a 10,9	0	0	0	0	0	0
11 a 11,9	0	0	0	0	0	0
12 a 12,9	0	0	0	0	0	0
13 a 13,9	0	0	0	0	0	0
14 a 14,9	0	0	0	0	0	0
15 a 15,9	0	0	0	0	0	0

População de Palmiteiros do Quilombo São Pedro



4.4. A Definição de Porta Sementes

A recomposição do estoque de plantas, que pode ser avaliado através da regeneração natural, somente se torna possível através da existência de plantas matrizes, ou porta-sementes, por isso a legislação estadual estabelece que devem permanecer 50 plantas adultas na área de exploração como porta-sementes.

A análise das Tabelas I, II e III que apresenta a caracterização da regeneração natural das áreas, e as Tabelas VII, IX e X que apresentam a estimativa do número médio de matrizes por hectare, demonstram que o número de matrizes existentes por hectare é nenhum, ou seja demonstrando uma enorme preocupação em relação a recomposição natural da área avaliada.

Assim, a estratégia de enriquecimento das áreas dos quilombos definida neste projeto é fundamental para garantir o equilíbrio ecológico da área e ao mesmo tempo dimensionar as possibilidades futuras para a sua exploração sustentada. Por isso, a longo prazo é necessário garantir o aparecimento de plantas matrizes, garantindo em média 50 plantas adultas por hectare, distribuídas entre as classes de DAP, para garantir a continuidade do processo de regeneração natural da área.

4.5. O CICLO DE CORTE

O ciclo de corte, dentro da perspectiva do Manejo de Rendimento Sustentável, é um aspecto fundamental, pois é a garantia da reposição da população de plantas manejadas o mais próximo possível da população existente antes da intervenção no local. Além disso, permite diminuir o impacto sobre a biodiversidade da Floresta.

A legislação que atualmente regulamenta o manejo do Palmiteiro no Estado de São Paulo prevê um ciclo de corte de no mínimo 5 anos contemplando corte de no máximo 20% da área/ano ou 50 ha o que for maior.

A estratégia adotada neste projeto, considerando que a área total das Comunidades Remanescentes de Quilombo é de 15.000 ha é de promover o enriquecimento da área e realizar o levantamento anual das parcelas permanentes e apontar as perspectivas de exploração.

V. A CONTINUIDADE DO PROJETO

Em síntese, o trabalho de campo apontou que: a população de plantas jovens bastante reduzida, em média 970 plantas, enquanto a legislação define o mínimo de 5.000 plantas jovens. A população de plantas adultas também está em desequilíbrio com uma média de 158 plantas, enquanto a média deveria estar em torno de 600 plantas. Além disso foi observado que a população adulta não apresenta plantas com o diâmetro mínimo de 9 cm destinado ao corte e finalmente não foi detectado a presença de plantas matrizes na área.

A avaliação dos resultados do levantamento de campo nas áreas de quilombo apontam uma situação bastante preocupante. Entretanto, é possível reverter o quadro apresentado através de alguns pressupostos que devem nortear a continuidade do trabalho

1 - PRESSUPOSTOS GERAIS PARA A CONTINUIDADE DO PROJETO

1. Garantir que as áreas de florestas do quilombo sejam preservadas interrompendo desde já o corte de palmito na área. Com a finalidade de garantir a recuperação da população atual.

2. Estimular a participação dos moradores da comunidade com a proposta de repovoar a área de terras coletivas dos quilombos através do enriquecimento com sementes de palmito.

3. Promover a capacitação, por meio de ações teóricas e práticas dos membros do grupo envolvido com a idéia de manejo florestal, como uma atividade econômica de média prazo, cerca de 10 anos

4. Garantir o respaldo técnico necessário para implantação, acompanhamento e avaliação das ações previstas para o enriquecimento florestal das terras dos quilombolas.

5. Buscar fontes de recursos que serão destinados a garantir uma renda mínima para as famílias envolvidas nas etapas de coleta e plantio previstas no projeto.

O ESCOPO GERAL DO PROJETO

1. AS PARCELAS PERMANENTES

A metodologia sugere o acompanhamento das parcelas permanentes, em número e tamanhos suficientes para representar significativamente as espécies da comunidade florestal local e irão proporcionar a caracterização de parâmetros quantitativos e qualitativos, permitindo ao longo do tempo acompanhar e avaliar o desenvolvimento da população de palmiteiros no local

Destaca ainda a necessidade de determinar a periodicidade do acompanhamento, cujo intervalo varia de acordo com o parâmetro a ser avaliado no estudo. Neste caso, propõe-se o acompanhamento anual da área enriquecida.

2. A COLETA DE SEMENTES

Para a realização do trabalho de enriquecimento de áreas florestais já exploradas o primeiro passo é estabelecer uma estratégia para a coleta de sementes de palmiteiro de boa qualidade.

Alguns estudos de implantação de pomar de sementes de palmitero foram realizados em áreas do Parque Estadual Intervales, Como também para determinar a viabilidade para produção de sementes de alta qualidade genética. (REIS, M.S., 1996)

As indicações técnicas sugerem que devem ser colhidas sementes de plantas de palmito na região mais próxima onde se pretende realizar o enriquecimento, do maior número de matrizes, ou produtoras de sementes. As sementes devem ser colhidas no período compreendido entre os meses de abril a agosto, época de produção de sementes na região do Vale do Ribeira.

A legislação paulista para o manejo do palmitero estabelece o mínimo de 5.000 plantas por hectare para a população em fase de regeneração,

3. O PLANTIO DO PALMITEIRO

A metodologia de plantio a lanço de sementes foi escolhida levando-se em consideração os custos e a facilidade para o plantio em áreas de florestas, quando comparados com outras metodologias como por exemplo o plantio através de mudas formadas.

Cada palmitero produz ;em média, 10 quilos de sementes, que devem ser colhidas maduras ainda no cacho. Cada quilograma de semente possui em geral 1.000 sementes. E a taxa de germinação, dentro do sistema proposto, plantio de sementes a lanço, esta em torno de 30%.

Ainda os estudos indicam que para 50 sementes que germinam, apenas uma vai atingir a fase adulta. Devido a grande predação natural da espécie. Deste modo para a recomposição de áreas degradadas recomenda-se o plantio de 10 Kg de semente por hectare, durante um período médio entre três a cinco anos.

Nesta primeira etapa de continuidade do projeto serão necessários 2.000 Kg de semente para realizar o repovoamento nas três Unidades de Manejo estabelecidas. Para facilitar o trabalho de campo definiu-se que durante o corte deverá ser deixado pelo menos uma planta matriz a cada 15 m de raio o que irá garantir o número mínimo de matrizes por hectare exigido em lei.

4. OS RESULTADOS ESPERADOS

1. Viabilizar o manejo florestal sustentado como uma atividade econômica para as comunidades de pequenos agricultores no Vale do Ribeira.
2. Proporcionar ganhos de renda para as famílias envolvidas.
3. Diminuir as tensões e conflitos relacionados com a exploração clandestina do palmito
4. Aumentar os estoques naturais das populações do palmitero com reflexos positivos para a conservação da biodiversidade florestal.

5. OS INDICADORES DO PROJETO

1. Avaliação da população do palmitero, na área enriquecida, através dos inventários periódicos nas parcelas permanentes estabelecidas.
2. Verificar a quantidade de autuações, multas, e as licenças ambientais obtidas pelos moradores da comunidade, junto aos órgãos oficiais de controle ambiental.
3. Avaliação, por meio de questionário do grau de envolvimento e de satisfação das famílias envolvidas no projeto.

6. A VIABILIDADE ECONÔMICA DO PROJETO

Toda atividade econômica deve apresentar retorno econômico aos envolvidos no processo. Em particular, na atividade extrativista não é levado em conta os custos indiretos da exploração, e muito menos os "custos biológicos" da natureza, por isso é sempre apresenta uma rentabilidade bastante alta no curto prazo. No caso do manejo em Regime de Rendimento Sustentável, são levados em conta os custos relacionados a manutenção do ciclo para reposição da população a ser explorada, dentro da dinâmica natural da floresta.

Especificamente, no caso do manejo do palmitreiro, estudos técnicos apontam a viabilidade econômica, com uma taxa Interna de retorno bastante satisfatória, definindo que a fragilidade do processo está relacionado com o preço de venda do produto. de (PEREIRA,1994). Outros estudos demonstram que para garantir o retorno econômico cada planta de palmito deve produzir no processamento industrial pelo menos 1,5 vidros de 300g. Outro parâmetro de rendimento industrial demonstra o diâmetro de 2,5 cm de creme do produto industrializado para a exploração do Palmitreiro, que foi comprovado durante em experimentos já realizados que comprovam os resultados obtidos por Fantini. (FANTINI ET AL. 1996).

Um exercício simples, tomando como exemplo a área potencial de exploração no quilombo do Ivaporunduva, que totaliza 3.000 hectares e considerando a produtividade média de 80 palmiteiros por hectare que totaliza em média 48.000 plantas cortadas por ano em 600 hectares, dentro de um ciclo de corte previsto para 05 anos.

De acordo com o preço médio pago pelos fabricantes, seja de R\$1,50 por vidro de palmito e a produtividade média do aproveitamento industrial calculado em 1,5 vidros por palmito, o que significa 72.000 vidros de 300 g e uma renda estimado em R\$ 108.000,00 por ano, ou seja uma renda de R\$ 180,00 por mês para cada uma das 50 famílias residentes no Quilombo.

Ainda, com a possibilidade da construção de uma Unidade de Processamento de Palmito, pois o processo é relativamente simples, e os custos de implantação não são elevados. A renda anual da comunidade poderá alcançar até R\$ 252.000,00, ou de outro modo, uma renda por família estimado em R\$ 420,00 por mês. Os dados do exercício estão consolidados na tabela apresentada a seguir.

Área do Quilombo	3.000 ha
Manejo/ano	600 ha
Ciclo de Corte	5 anos
Média de Planta/ ha	80 plantas DAP > 9 cm
Produção anual	48.000 palmitos
Rendimento Médio	1,5 vidros de 300 g
Produção em vidros	72.000 vidros/ano
Número de Famílias	50 famílias

7. ASPECTOS LEGAIS E LEGISLAÇÃO

Este projeto de Manejo de Rendimento Sustentado do Palmitreiro foi elaborado rigorosamente de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução SMA 16 de 21 de junho de 1994. E ainda de acordo com as normas definidas pelo Código florestal - Lei 4771 de 15 de setembro de 1965, e alterado pelas Leis 7803/89 e 7875/89, e ainda pela resolução CONAMA Número 4 de 18 de setembro de 1985, que definem como de preservação permanente uma faixa de 30 m. de largura em cada margem dos rios; em cada nascente um raio de 50 m. e, morros cuja diferença entre seu topo e a curva de nível que o melhor o define, seja superior a 50 m. As demais categorias definidas como de preservação permanente não foram localizadas dentro da área abrangida pelo projeto. Todas as áreas definidas como de preservação permanentes estão devidamente demarcadas na documentação que acompanha este Plano de Manejo.

Por último transcrevemos o artigo segundo do Decreto Federal 750/93 que estabelece o padrão de exploração das espécies nativas:¹

Art. 02.: - A exploração seletiva de determinadas espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da mata Atlântica poderá ser efetuada desde que observados os seguintes requisitos: I - não promova a supressão de espécies distintas das autorizadas através de práticas de roçadas bosqueamento e similares; II - elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoques e garantias de capacidade de manutenção da espécie; III - estabelecimento de área e de retiradas máximas anuais IV - prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes e critérios técnicos por ele estabelecidos. Parágrafo único. Os requisitos deste artigo não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora utilizadas para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, mas ficará sujeita à autorização pelo órgão estadual competente.

¹ Decreto No. 750, de 10 de fevereiro de 1993 (publicado no DOU de 11/02/93)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DECRETO-LEI 750/93. Dispõe sobre o corte, exploração e a (...) da Mata Atlântica e da outras providências. Publicado no Diário Oficial de 11/02/93.
- GARTNER, B. L., 1989 Breakage and Regrowth of Piper Species in Rain Forest Understory. *Biotropica* 21(4): 303-307
- FANTINI, A.C.; REIS A.; REIS M.S.; & GUERRA, M. P. ,1992 Sustained yield management in tropical forest: A proposal based on the autoecology of the species. *Sellowia*, 42-44:25-33.
- ODORIZZI, J. Projeto de Manejo em Regime de Rendimento Sustentado do palmito *Euterpe edulis Mart.* da Fazenda Colônia Nova Trieste, Unidade de Manejo II - Primeira Ilha. Agosto de 1995.
- PEREIRA, L. B., 1994. Palmito: Manejo Sustentado e Viabilidade Econômica. *Florestar Estatístico*, 2 (4) : 13-5.
- PIÑA-RODRIGUES; MARQUES F.C.; COSTA, L.G.S. & REIS, A., 1990. Estratégias de Estabelecimento de espécies Arbóreas e o Manejo de Florestas Tropicais. In Anais do 6o. Congresso Florestal Brasileiro, Campos do Jordão - São Paulo, p. 676-684.
- REIS, A. et al. Curso de Manejo de Rendimento Sustentado de *Euterpe edulis Mart.* Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação Florestal, agosto de 1993.
- REIS, A. et al. Experiências Silviculturais para o Manejo de Rendimento Sustentado Dentro do Domínio da Floresta Tropical Atlântica. In Anais do 7o. Congresso Florestal Brasileiro. Curitiba Pr. p. 197-201. , 1993
- REIS, A. Dispersão de sementes de *Euterpe edulis Mart.* em uma Floresta Ombrófila Densa Montana de encosta Atlântica em Blumenau - SC, 1995. 154p..
- REIS, M. S., 1996. Distribuição e Dinâmica da Variabilidade Genética em Populações Naturais de Palmito *Euterpe edulis Mart.*. Piracicaba, S.P., 1996
- RESENDE, R.U. Aspectos do Licenciamento e Fiscalização da Produção de Palmito *Euterpe edulis Mart.* em São Paulo, In: Anais FOREST'96. p.212 e 213, Belo Horizonte, MG. 1996
- RIBEIRO, R. J. et al. O manejo sustentado do Palmito no Vale do Ribeira. *Florestar Estatístico*, 1 (3) : 15-6, 1993
- RIBEIRO, R. J. et al. Fazenda Florestal Colônia Nova Trieste: um negócio rentável que concilia conservação e manejo sustentável dos recursos naturais. In Anais do FOREST'96, p 179-180. Belo Horizonte MG, 1996
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE ,1994. Dispõe obre a regulamentação do Manejo Sustentado do palmito *Euterpe edulis Mart.* . Resolução SMA 16 de 21 de junho de 1994. Diário Oficial do Estado.

ANEXO 1
PLANILHAS DE CAMPO

1. LEVANTAMENTO DE CAMPO DO QUILOMBO IVAPORUNDUVA

PARCELA	NUM	DAB	FEN
1	1	4,1	1
1	2	4,3	1
1	3	3,6	1
1	4	3,9	1
1	5	4	1
1	6	6,1	1
1	7	4,4	1
1	8	3,7	1
1	9	4,1	1
1	10	3,6	1
1	11	3,8	1
1	12	4,2	1
1	13	3,8	1
1	14	5,8	1
1	15	4,2	1
1	16	4	1
1	17	4	1
1	18	4,9	1
1	19	3,8	1
2	1	4,3	1
2	2	5,1	1
2	3	3,9	1
2	4	4,1	1
2	5	4,7	1
2	6	5,5	1
2	7	6,3	1
2	8	4,6	1
2	9	8	1
2	10	4,2	1
2	11	5	1
2	12	4,2	1
2	13	4,7	1
2	14	6,7	1
2	15	4,6	1
2	16	4	1
2	17	4,2	1
2	18	4	1
2	19	3,4	1
2	20	4,5	1
2	21	4	1
2	22	4,6	1
2	23	4,6	1
2	24	4,4	1
2	25	4,2	1
2	26	4,3	1
2	27	3,6	1
2	28	4,5	1

PARCELA	NUM	DAP	FEN
3	1	4,6	1
3	2	4,5	1
3	3	3,6	1
3	4	4,8	1
3	5	4,5	1
3	6	7,4	1
3	7	3,9	1
3	8	4,3	1
3	9	4,4	1
3	10	3,8	1
3	11	6,4	1
3	12	4,1	1
3	13	3,6	1
3	14	4,8	1

2. LEVANTAMENTO DE CAMPO DO QUILOMBO PEDRO CUBAS

PARCELA	NUM	DAP	FEN
1	1	4,9	1
1	2	3,6	1
1	3	5,8	1
1	4	4,5	1
1	5	3	1
1	6	4,7	1
1	7	6	1
1	8	4,2	1
1	9	5,2	1
1	10	5,2	1
1	11	5,7	1
1	12	5	1
1	13	6,9	1
1	14	4	1
1	15	4	1
1	16	4,6	1
1	17	4,6	1
1	18	3,2	1
1	19	5,6	1
1	20	7	1
1	21	5,4	1
1	22	5,4	1
1	23	4	1
1	24	4,1	1
1	25	5,7	1
1	26	5,9	1
1	27	3,2	1
1	28	8,4	1
2	1	4,1	1
2	2	6,7	1
2	3	2,5	1

PARCELA	NUM	DAP	FEN
2	4	4	1
2	5	4,1	1
2	6	4,2	1
2	7	5,2	1
2	8	4,1	1
2	9	3,4	1
2	10	5	1
2	11	5,3	1
2	12	3,9	1
2	13	4,2	1
2	14	8,7	1
2	15	4	1
2	16	7,2	1
2	17	4,2	1
2	18	6	1
2	19	3,7	1
2	20	3,9	1
2	21	4	1
3	1	5,7	1
3	2	10,9	1
3	3	4,3	1
3	4	4,3	1
3	5	6,1	1
3	6	3,5	1
3	7	4,5	1
3	8	5	1
3	9	5,9	1
3	10	7,9	1
3	11	3,8	1
3	12	5,4	1
3	13	3,9	1
3	14	4,4	1
3	15	4	1
3	16	4,9	1
3	17	5,6	1
3	18	4,8	1
3	19	4	1
3	20	4	1
3	21	4,2	1
3	22	5,4	1
3	23	5,2	1
3	24	4,3	1
3	25	5,1	1
3	26	3,9	1
3	27	4,4	1
3	28	6,8	1
3	29	6,3	1
3	30	3,5	1
3	31	6,7	1

PARCELA	NUM	DAP	FEN
3	32	6,7	1
3	33	4,7	1
3	34	4,9	1
3	35	4	1
3	36	4,9	1
3	37	5,3	1
3	38	4,4	1
3	39	4,9	1
3	40	3,6	1
4	1	3,9	1
4	2	5	1
4	3	5,7	1
4	4	5,4	1
4	5	4,3	1
4	6	5,1	1
4	7	3,8	1
4	8	6,4	1
4	9	5,4	1
4	10	4,2	1
4	11	4,8	1
4	12	4,1	1
4	13	5	1
4	14	5,4	1
4	15	6,4	1
4	16	4,1	1
4	17	4,7	1
4	18	7	1

3.LEVANTAMENTO DE CAMPO DO QUILOMBO SÃO PEDRO

PARCELA	NUM	DAP	FEN
1	1	3,9	1
1	2	4,8	1
1	3	4,3	1
1	4	4,5	1
1	5	3,6	1
1	6	5,3	1
1	7	5,2	1
1	8	5,1	1
1	9	6,4	1
1	10	4,4	1
1	11	4,7	1
1	12	5,3	1
1	13	4,7	1
1	14	4,1	1
1	15	5,5	1
1	16	4,5	1
1	17	4,1	1
2	1	6,1	1

PARCELA	NUM	DAP	FEN
2	2	3,6	1
2	3	4,6	1
2	4	4,4	1
2	5	4,2	1
2	6	3	1
2	7	4,3	1
2	8	3,6	1
2	9	3,7	1
2	10	7,3	1
2	11	7,7	1
2	12	5,7	1
2	13	5,5	1
2	14	5,2	1
2	15	5,4	1
2	16	5,3	1
2	17	3,7	1
2	18	4,3	1
2	19	6	1
2	20	7,9	1
2	21	7,4	1
2	22	4,2	1
2	23	4,3	1
2	24	4,1	1
3	1	4,5	1
3	2	5,5	1
3	3	8,6	1
3	4	3,5	1
3	5	3,9	1
3	6	5,9	1
3	7	5,2	1
3	8	5,3	1
3	9	3,5	1
3	10	5,4	1
3	11	4,8	1
3	12	3,9	1
3	13	4,6	1
3	14	4,4	1
3	15	5,5	1
3	16	4,7	1
3	17	5,5	1
3	18	5,2	1
3	19	4,2	1
3	20	4,7	1
3	21	5,6	1
3	22	4,8	1
3	23	4,5	1
3	24	6,1	1
3	25	4,2	1
3	26	7,3	1

ATLANTICA AGROFLORESTA
JOANIR ODORIZZI
RONALDO JOSÉ RIBEIRO

PARCELA	NUM	DAP	FEN
3	27	4,5	1
3	28	3,6	1
3	29	3,8	1
3	30	3,3	1
3	31	3,3	1
3	32	4	1
4	1	4,4	1
4	2	6,8	1
4	3	4,6	1
4	4	4,6	1
4	5	6,1	1
4	6	6,7	1
4	7	4,9	1
4	8	4,6	1
4	9	4,1	1
4	10	3,2	1
4	11	3,9	1
4	12	3,8	1
4	13	7,4	1
4	14	4,1	1
4	15	5,5	1
4	16	4,5	1
4	17	5	1
4	18	5,9	1
4	19	4	1
4	20	5,1	1
4	21	7,3	1
4	22	3,1	1
4	23	4,4	1
4	24	4,1	1
4	25	3,6	1
4	26	4,8	1
4	27	4,2	1
4	28	5,8	1
4	29	5,1	1
4	30	4,9	1
4	31	5,8	1
4	32	4,3	1
4	33	3,4	1
4	34	4	1
4	35	5,4	1
4	36	4	1
4	37	4	1
4	38	3,8	1
4	39	3,7	1
4	40	5	1
4	41	4,3	1
4	42	3,7	1
4	43	6,2	1

RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO DAS PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA.

MUNICÍPIO DE ELDORADO - SÃO PAULO

**JOANIR ODORIZZI
ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

**RONALDO JOSÉ RIBEIRO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

REGISTRO, FEVEREIRO DE 1998.

RESUMO EXECUTIVO

OBJETIVO GERAL:

Realizar pré-levantamentos de campo da flora com potencial de uso medicinal, para posterior desenvolvimento de estratégias de manejo sob regime de rendimento sustentado por espécie visando criar alternativa que concilie a proteção dos recursos florestais com a geração de renda das Comunidades Quilombolas, localizadas no município de Eldorado, Vale do Ribeira, Estado de São Paulo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar espécies contendo: nome popular, nome científico, principais características botânicas, parte aproveitável, utilidade.
2. Dar início a criação de acervo botânico, montagem de herbário, excicatas e acervo fotográfico da flora existente. Listagem das espécies com potencial de uso medicinal e análise do potencial da área, com avaliação do mercado potencial ou existente.

Introdução

Neste relatório apresentamos o levantamento preliminar da indicação de plantas com propriedades medicinais e o uso indicado pelos moradores das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Participaram deste levantamento as Comunidades do Pedro Cubas, Ivaporunduva, Nhunguara e São Pedro. Os resultados iniciais apontaram 119 denominações diferentes de plantas e cerca de 300 indicações.

A análise inicial do trabalho realizado aponta alguns problemas: a) o reconhecimento da planta; b) o mesmo nome popular para espécies diferentes e c) a indicação de usos diferentes para a mesma planta. Assim como, pode-se constatar que o uso de plantas na cura de doenças é uma prática bastante comum entre as famílias dos remanescentes de Quilombos.

Sem dúvida o potencial do uso de plantas para a produção de medicamentos é reconhecida mundialmente e representa mercado poderoso com interesses gigantescos da indústria farmacêutica. Foi possível observar indícios da exploração de plantas nativas na área de abrangência das Comunidades sem nenhum cuidado técnico para garantir a preservação das espécies nativas.

A continuidade do Projeto de Plantas Medicinais nas comunidades quilombolas tem como pano de fundo dois aspectos fundamentais: garantir os benefícios diretos e indiretos para os moradores, através de melhoria da qualidade de vida com o uso de plantas para tratamento de problemas de saúde e garantir uma alternativa de renda e emprego, através do manejo sustentado de espécies nativas medicinais. De outro lado, propugna também estabelecer mecanismos de conservação das espécies nativas, do Ecossistema Mata Atlântica, um dos mais ameaçados de destruição na atualidade.

O projeto prevê a realização de um levantamento etnobotânico mais sistemático do uso de plantas medicinais, a comprovação científica dos usos indicados e o retorno a comunidade, através de cursos, cartilhas, farmácias vivas e principalmente com o desenvolvimento de tecnologias para a exploração sustentada de espécies nativas.

O Contexto Geral:

A História do Homem é a história das relações dos homens entre si e das relações do homem com a natureza. No início, na luta pela sua sobrevivência, vivia dominado pelas forças da natureza, vivia da coleta de alimentos e da caça, previsivelmente um tipo de manejo involuntário. No tempo, o homem desenvolveu a agricultura e a pecuária, considerada suas primeiras atividades de caráter econômico.

Entretanto, para garantir a escala necessária para suas atividades teve que dominar a natureza, muitas vezes inóspita as suas ações. Com isto, criou os princípios para a domesticação das plantas e animais. Ao mesmo tempo, em que o homem desenvolveu as práticas agrícolas, o extrativismo continuou e o que inicialmente era uma simples atividade de coleta tornou-se uma atividade predatória, baseada na idéia de que os recursos naturais eram uma fonte inesgotável. Existiam em abundância.

A colonização do Brasil, inicialmente feita ao longo da sua costa, tinha como atividades principais a agropecuária. As florestas representavam um grande obstáculo, além de produzir alguma madeira nobre. As derrubadas indiscriminadas deixaram todos os sistemas florestais brasileiros seriamente comprometidos seja do ponto de vista da produção de madeira, seja em relação a conservação da fauna e da flora.

Neste momento o extrativismo era movido pela idéia do lucro fácil e imediato, aliado na certeza da abundância dos recursos naturais. Mais ainda, a necessidade de

abrir fronteiras para a exploração agropecuária fez com que o homem modificasse o ambiente natural e mais precisamente devastasse as áreas de florestas, considerado um ambiente inóspito e improdutivo.

Nos últimos trinta anos, o modelo de desenvolvimento brasileiro pautou-se no crescimento industrial calcado no financiamento externo e na participação do Estado como agente na formação da infra-estrutura básica. Esse processo culminou, para os países em desenvolvimento, em crises de endividamento e no esgotamento do padrão de crescimento.

O Estado de São Paulo é exemplar nesse processo. É o Estado mais industrializado do País, caracterizado por um complexo industrial diversificado e por uma agricultura "moderna" e produtiva, com uma dinâmica regional interna estruturada crescente e integrada. O outro lado dessa moeda porém, é uma conseqüência desastrosa. Este conceito de crescimento estimulou a concentração de renda regional e intra-regional, a obsolescência tecnológica, o consumo acelerado, a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais.

Nesse processo, o Vale do Ribeira com suas características peculiares, marcado por uma história sofrida e de profundas contradições sócio-econômicas não acompanha esse ritmo de desenvolvimento, permanecendo à margem do processo geral, produção pouco diversificada, baixa produtividade, baixo nível de renda e desníveis intra-regionais acentuados.

A história se repete no Vale do Ribeira e no debate sobre os caminhos do desenvolvimento regional, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico ocupavam trincheiras opostas. As restrições de ordem ambiental eram encaradas como obstáculos ao crescimento regional.

O desafio é promover a reflexão necessária diante dos obstáculos atuais e criar as condições que possam alavancar o processo de desenvolvimento regional. Enfim, significa criar uma nova proposta, encarando os condicionantes, não como obstáculos, mas como recursos produtivos passíveis de aproveitamento e conservação:

O bem-estar pretendido também significa criar alternativas econômicas de produção, gerar empregos e oportunidade de investimentos, mas buscando-os através da aplicação do conceito de **Desenvolvimento Sustentável** planejando o uso do espaço, formas de organização, recursos e tecnologias, num aproveitamento racional específico da cultura e do estilo de vida regional. Os desdobramentos do "Novo Modelo" apontam para o incentivo ao ecoturismo, com o potencial de praias, cachoeiras, parques e cavernas acrescidos dos ingredientes educacionais e da criação de uma consciência ecológica. Mesmo a indústria deve se estabelecer com critérios de por, ramo de atividade, nível de resíduos. Com preferência para as pequenas e médias, não poluentes voltadas à transformação de alimentos. Outro exemplo é o Manejo Sustentado de espécies nativas florestais. Os resultados do manejo sustentado de espécies apontam para uma alternativa econômica à região. Ao lado do exemplo do Manejo do Palmiteiro, outras espécies poderão oferecer respostas a utilização de áreas naturais. Modelos de exploração de plantas medicinais e de algumas madeiras nobres, já objetos de investigação científica, contribuíram para um desfecho positivo em conciliar o desenvolvimento e a conservação.

Em síntese: o desenvolvimento do Vale do Ribeira tem como ponto de partida e de chegada o equacionamento racional e equilibrado dos recursos naturais, respeitando

as necessidades mundiais e futuras da preservação ambiental e os anseios imediatos do povo do Vale.

O Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira apresenta condições sociais, econômicas e ambientais bastante singulares, que dificultam alcançar o crescimento econômico dentro do modelo tradicional de desenvolvimento quando comparado a outras regiões do Estado.

A região cortada pelo Rio Ribeira de Iguape forma um polígono irregular localizado no sudeste do Estado de São Paulo, com 1,7 milhões de ha. entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. O clima é tropical úmido com precipitação anual 1750 mm,. Os declives acentuados aliados a precipitação, promovem a lavagem do solo tornando-o ácido, diminuindo sua fertilidade natural, o que causa problemas a agricultura e ao sistema viário. Além disso, não existe um sistema de drenagem eficiente, causando enchentes em muitas áreas na época de chuvas

O Vale do Ribeira é um dos mais antigos pontos de colonização do país. Atualmente, a região é pouco povoada, onde a maioria da população vive em condições precárias, levando a região ser denominada como o "nordeste em São Paulo", dado o bolsão de pobreza existente.

Do ponto de vista social a região demonstra disparidades quando comparadas com outras regiões do Estado, apresentando altas taxas de mortalidade infantil, falta de regularização fundiária e infra-estrutura como estradas e saneamento básico.

O processo de concentração de renda e das terras são bastante acentuados. Segundo os dados oficiais, a população local totaliza cerca de 300 mil habitantes em 1996, com 54,63% na área urbana, representando menos de 1% da população total do Estado. Outros dados indicam que o percentual de famílias classificadas como indigentes, atinge cerca de 25% em alguns municípios.

Na área educacional a região apresenta uma média de 20% da população adulta classificada como analfabeta, contra uma média de 11% em todo o estado. Em alguns municípios este índice chega a 50%.

Particularmente, na área da saúde a região apresenta altos índices de mortalidade infantil, em 1996, enquanto morreram cerca de 70 pessoas da região em acidentes na BR 116 - conhecida com a rodovia da morte - cerca de 140 crianças morreram antes de completar um ano de vida.

Do ponto de vista ambiental No Vale do Ribeira, estão concentrados os mais importantes remanescentes, em área contínua do Ecossistema "Mata Atlântica", de reconhecida importância mundial. A Floresta Tropical Atlântica cobria toda a costa brasileira. Hoje restam somente 8% da área original.

A região possui o maior índice de cobertura vegetal natural do Estado, onde 1,2 milhões são de nítida vocação florestal e cuja tipologia varia bastante desde a floresta tropical de altitude aos mangues e restingas. A área restante é apta para o cultivo, mas com bastante restrições Os estudos indicam que as matas ocupavam cerca de 62% do território.(Olho Verde,1992),

O Vale possui ainda diversas Categorias de Unidades de Conservação, que englobam cerca de 70% das terras da região. dos quais cerca de 400 mil hectares são áreas protegidas em Parques e Estações Ecológicas e outros 600 mil são propriedades particulares dentro das Áreas de Proteção Ambiental.

Do ponto de vista econômico, destaca-se a falta de regularização fundiária, um problema histórico, sendo avaliado que cerca de um milhão de hectares estão

envolvidos com alguma forma de conflito fundiário cerca de 40% da população total ainda reside na zona rural,

Este cenário torna-se um círculo vicioso com uma economia fraca e dependente de financiamentos externos tornando a região cada vez mais excluída das possibilidades de melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Deste modo, o meio ambiente interfere diretamente sobre os diversos setores da economia, principalmente a agricultura, exigindo a busca do equilíbrio entre a produção e a conservação dos recursos naturais.

Por isso realidade social e as imposições do meio natural, devem estar presentes na tentativa de buscar as soluções concretas para estes problemas tendo como pano de fundo o conceito de Desenvolvimento Sustentável

A utilização dos recursos florestais, através do manejo sustentado, representa um esforço nesta direção e não há dúvida que as plantas são uma fonte inesgotável de novos medicamentos. Por isso, o projeto de apoio as comunidades remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira definiu como uma das linhas de trabalho o levantamento inicial das plantas medicinais com potencial de manejo.

Em levantamento realizado na região do Vale do Ribeira Di Stazi,(1989) afirma que no Vale do Ribeira 65% da população utiliza como principal recurso terapêutico as plantas medicinais da região. Várias iniciativas estão em andamento na região visando resgatar o conhecimento popular e definir parâmetros para o manejo de espécies nativas.

A diversidade e a riqueza de espécies da Floresta Tropical Atlântica ao lado da tradição e do conhecimento popular são um enorme patrimônio a ser estudado e resgatado, com o objetivo concreto de viabilizar o desenvolvimento de tecnologias de manejo de áreas de florestas nativas, sob regime de rendimento sustentado, que tornem possível conciliar a conservação dos recursos naturais com o rendimento econômico imediato.

Dar continuidade ao projeto significa realizar as revisões bibliográficas, análise de mercado, consultas técnicas, levantamento de campo. Para tanto é possível estabelecer novas frentes de trabalho.

Primeiro, aproveitar o conhecimento empírico de utilização das espécies florestais, no caso as com potencial de utilização medicinal, realizar pré-levantamentos de campo que possibilitem sua identificação, conhecer suas propriedades e usos, modo de preparo e mercado consumidor.

Em segundo, a partir da primeira etapa, estabelecer contatos com as instituições de pesquisa, ou grupo de pesquisadores para realizar a comprovação científica necessária. Como por exemplo, a identificação e classificação botânica, determinação dos princípios ativos e propriedades farmacológicas entre outros.

Por último, propor estratégias de manejo sustentado, por espécie, a partir da geração e definição de índices e parâmetros técnicos, conforme estratégia já definida para o palmitero.

Caracterização das Comunidades

As comunidades remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira possuem uma tradição de mais de 300 anos de existência, ao longo das margens do Rio Ribeira, entre os municípios de Eldorado e Iporanga, onde já foram identificadas 09 comunidades remanescentes de Quilombos São comunidades negras carentes, oriundas de escravos, que se utilizam de muitos produtos da floresta, sejam eles

madeiráveis, para a construção de suas casas e a lenha para cozinhar seus alimentos, ou não-madeiráveis, como o palmito e a caça para sua alimentação e as plantas medicinais para a cura de suas doenças.

A localização destas comunidades é estratégica, pois está situada entre o Parque Estadual Intervales, o Parque Estadual de Jacupiranga que se interligam ao Parque Estadual de Carlos Botelho, a Reserva Ecológica de Xitué e a Fazenda Florestal Colônia Nova Triestre. Estas áreas somam mais 200 mil hectares de floresta, formando um cinturão de proteção contra a invasão, degradação das Unidades de Conservação.

A luta pela posse da terra empreendida pela comunidades, no passado, foi sinônimo de grilagens, invasões e mortes. Hoje, se traduz no reconhecimento do direito à titulação das terras. Recentemente, a luta se destaca pelos conflitos com a legislação ambiental, como por exemplo a criação do Parque Estadual Intervales em 1996, que se sobrepôs às terras reivindicadas pelos quilombolas.

Os quilombolas enfrentam ainda a possibilidade da construção de um complexo de barragens no Rio Ribeira de Iguape que afeta diretamente a área das Comunidades Remanescentes de Quilombos. A luta contra a construção das barragens é liderada pelo MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragem. Até o momento a construção das barragens está paralisada por falta de recursos do Governo do Estado, através da CESP para a Construção das três barragens e por decisão judicial que impediu a Construção da barragem do Tijuco Alto.

As comunidades quilombolas localizadas no Vale do Ribeira reúnem os pré-requisitos adequados a consecução dos objetivos propostos: a melhoria das condições de vida das comunidades, o aumento da renda familiar e a conservação dos recursos naturais do ecossistema da Mata Atlântica. Exemplos no Brasil e no exterior que a conservação dos recursos naturais só é efetiva quando ocorre o envolvimento das comunidades locais como sujeitos do processo de preservação. Do mesmo modo observa-se que a degradação dos recursos naturais é mais intensa quando aliada a uma situação de pobreza.

O Manejo de Plantas Mediciniais

O debate sobre o manejo de plantas medicinais nativas da Floresta Atlântica vêm se arrastando há anos e apesar das inúmeras reivindicações para que o manejo seja regulamentado isto não aconteceu até agora.

Na região do Vale do Ribeira um dos primeiros projetos com o uso de plantas medicinais ocorreu em 1989, por ocasião do trabalho desenvolvido pelo CEDAVAL¹, que tinha por objetivo o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e o apoio a pequena produção. Este projeto criou um banco de plantas medicinais e chegou a ter cerca de 70 espécies diferentes de plantas utilizadas popularmente, a partir da indicação e contribuição dos pequenos agricultores de toda a região. (Relatório de Atividades, 1991)

O Projeto do Banco de Plantas Mediciniais se desdobrou, em conjunto com o FAC (Fraternal Auxílio Cristão)² - com a produção Kit de mudas das espécies mais utilizadas e de reconhecido poder terapêutico. Estes Kits de plantas foram então

¹ órgão governamental vinculado a Secretaria da Agricultura, localizado no município de Parquera-açu, extinto em 1994

² Organização Não Governamental, vinculada a Igreja Católica com sede em Registro

distribuídos nos bairros e postos de saúde rurais para que pudessem então ser utilizados pela população. Outros resultados foram alcançados como por exemplo a elaboração de um vídeo, treinamento sobre preparação de plantas medicinais e uma cartilha popular para ser distribuída para a população. Desta época, infelizmente, por motivos que não convêm neste artigo o trabalho não continuou e o banco de plantas foi destruído e próprio CEDAVAL foi extinto pelo Governo Estadual.

No entanto, o trabalho teve continuidade de outras formas e com certeza uma das mais significativa delas tenha sido a criação da AEPAM – Associação dos Produtores e Extratores de Plantas Medicinais e Aromáticas do Vale do Ribeira, que congrega produtores, técnicos e pequenas empresas interessadas no trabalho com plantas medicinais. O AEPAM busca principalmente conscientizar os produtores para a conservação e o manejo de plantas nativas, para que não ocorra o extrativismo descontrolado que pode levar a destruição e a extinção das espécies nativas. A AEPAM tem apresentado sistematicamente propostas e estudos para tornar realidade a regulamentação do manejo de plantas medicinais.

Em conjunto com o IBAMA, a AEPAM apresentou recentemente um levantamento de campo realizado com a indicação de diversas espécies nativas e com sugestões técnicas para a sua exploração sustentada.

O IBAMA está envolvido no projeto Chapéu-de-couro, na comunidade dos posseiros do bairro do Mota, em Registro, que apresenta alto potencial para o manejo da espécie. Recentemente, foi publicado nos jornais que deverá ser concedido uma autorização especial para a realização de estudos do manejo e exploração da espécie. No município de Ilha Comprida esta em andamento o projeto de manejo de Samambaia desenvolvido com o apoio do IBAMA e da Prefeitura Municipal.

A Atlântica Assessoria Agro-ambiental, em parceria com o Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Santa Catarina, proporcionou a realização de um trabalho de levantamento inicial das espécies nativas da Floresta Atlântica. Das 80 espécies anotadas com potencial para utilização com fins medicinais, tivemos a oportunidade de selecionar algumas: espineira santa, pariparoba, cipó camarão, laborandi e pata de vaca, como sendo aquelas principais para a realização de estudos para o manejo. (ODORIZZI, 1996)

Este trabalho teve continuidade com a realização do estágio de conclusão de curso conduzido pelo Engenheiro Agrônomo Alexandre Mariot da UFSC que tivemos a oportunidade de co-orientar, permitindo realizar os primeiros levantamentos de campo, conduzir testes de poda, de brotação e de rendimento econômico. (MARIOT, 1996)

O Projeto Pariparoba *Piper sp* é continuidade deste trabalho, que deverá indicar alguns parâmetros técnicos que poderão servir como base para a regulamentação do manejo de espécies medicinais.

Recentemente, foi realizado levantamento preliminar de plantas medicinais existentes na, área da comunidade do Quilombo Ivaporunduva, que está na origem do projeto ora em execução. (RIBEIRO E ODORIZZI, 1996)

Outras iniciativas estão em andamento e até onde conhecemos diversas instituições têm se empenhado em tornar realidade a regulamentação do Manejo das espécies nativas.

O projeto Brejauva *Astrocaryum aculeatissimum* (Schott) Burret conduzido pela Atlântica Assessoria Agro-ambiental e autorizado pelo DEPRN em caráter excepcional visa o levantamento de índices técnicos de aproveitamento industrial com a finalidade

de estabelecer um sistema de manejo sustentado da espécie que possui potencial para uso artesanal e medicinal.(RIBEIRO E ODORIZZI, 1997)

O trabalho vem ao encontro de vários trabalhos que vem sendo desenvolvidos por outras entidades no Vale do Ribeira, como o Núcleo de Pesquisas em Florestas Tropicais (NPFT) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que estuda a auto-ecologia das espécies da Floresta Tropical Atlântica para fins medicinais, buscando o manejo sustentado da floresta, conciliando sustentabilidade com economicidade. Outro estudo é a confirmação da ação medicinal destas plantas através de testes laboratoriais, como já vem sendo feito no Vale do Ribeira a muitos anos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Botucatu.

O Referencial Teórico:

A questão fundamental colocada é como conciliar a necessidade de proteger os recursos florestais da devastação causados pelos desmatamentos incontrolados, ou pela exploração maciça de determinadas espécies de valor econômico frente a situação econômica e social dos moradores nestas regiões que exploram estes recursos para garantir a sua sobrevivência.

O ponto de partida para solucionar a questão é o desenvolvimento de pesquisas científicas em manejo florestal que pressupõem o conhecimento da auto-ecologia das espécies, da dinâmica da comunidade florestal para gerar índices técnicos e proporcionar a definição de parâmetros da exploração sustentada dos recursos naturais. No entanto, a realização dos trabalhos científicos são demorados e, no âmbito institucional dependem de inúmeros fatores, em especial do interesse específico de algum pesquisador e a existência de recursos financeiros.

A metodologia proposta para a realização do estudo levou em consideração o disposto no Decreto 750 e uma base teórica reconhecida, principalmente as estratégias propostas por REIS para adequar o modelo de manejo de rendimento sustentado para espécies medicinais (REIS, 1995),

Alguns aspectos sobre a ecologia de florestas tropicais

As características mais importante da Florestas Tropicais são a grande biodiversidade e a inequianiedade, cuja interação promove o aparecimento de comunidades bastante diversas, ocupando pequenas áreas, formando o que se chama "mosaico de florestas". O mosaico, portanto, é o resultado da existência de manchas de espécies com idade distintas, adaptadas às diferentes condições ambientais formando uma verdadeira "colcha de retalhos".

A biodiversidade

O conceito de biodiversidade inclui a variedade de todas as espécies de plantas, animais e outros organismos existentes no planeta, a gama de patrimônio genético de cada espécie, e a variedade de ecossistemas. (UICN e PNUMA, 1991). Ainda dentro deste conceito, podemos considerar ainda a diversidade cultural, entendido como o modo que a humanidade se apropria do seu ambiente natural.

As florestas tropicais apresentam um grande número de espécies, sendo que a maioria delas estão representadas por muito poucos indivíduos por hectare (KAGEYAMA, 1987; SCHUBART, 1982). Devido a esta grande diversidade existe um alto nível de especialização e interdependência, fazendo com que a perda de uma planta ou animal podia iniciar um processo de extinção em cascata, ocasionando a perda de inúmeras espécies.

Dentro das comunidades florestais, as diferentes formas de vida das plantas estão associadas a centenas de outros seres vivos, sendo todos necessário à manutenção da produtividade e da biodiversidade local, alguns deles executam papéis mais importantes e são chamados de "mutualistas chaves" ou "elos móveis".

Inequianiedade

Outra característica bastante marcante das Florestas Tropicais que significa a existência de plantas da mesma espécie com diferentes idade na mesma área. Diferentemente das florestas plantadas ou de clima temperado que possuem idade bastante semelhante uma das outras.

Os grupos ecológicos

A estrutura e a composição das populações vegetais são oriundas de uma série de eventos edafoclimáticos e ecológicos variáveis no tempo e no espaço. Ou seja, cada espécie evoluiu diferentemente para garantir sua sobrevivência e reprodução dentro de determinadas condições e ambientes.

O aparecimento de clareiras e sua distribuição no tempo e no espaço é um dos fenômenos responsáveis por esta diferenciação e adaptação. Isto chamamos de "dinâmica das clareiras".

Para tentar compreender melhor este quadro os pesquisadores procuram agrupar as espécies florestais em grupos ecológicos com características semelhantes. Mas vale deixar claro que este agrupamento é artificial pois cada espécie possui suas próprias características. Para facilitar a compreensão apresentamos três grandes grupos ecológicos de plantas: as pioneiras, as oportunistas e a clímax.

As plantas pioneiras são aquelas intolerantes à sombra, germinam somente em claros e necessitam de luminosidade, suas plântulas e arvoretos não sobrevivem fora dos claros. As pioneiras apresentam como principais características a produção

continua de grande quantidade de sementes, com dormência e longevidade de média a longa; dispersão pelo vento ou animais, germinação rápida após a quebra da dormência, as plântulas precisam de luz direta para crescer; apresentam crescimento rápido e se regeneram a partir de banco de sementes ou banco de plântulas efêmeros. São exemplos de espécies pioneiras: Jacatirão, Críndiuva, Embaúva, etc.

As plantas oportunistas são aquelas que conseguem sobreviver em condições de sombra, mas dependem de claros para crescer. Suas principais características são: produção contínua de semente e em grande quantidade, curta longevidade e não apresentam dormência; a maioria é dispersada pelo vento e algumas por animais; germinação rápida após indução do processo germinativo que pode ser em condição de luz ou sombra, afetada por poucos fatores como luz e temperatura, as plântulas apresentam rápido crescimento sejam em condições de sombra ou baixa luminosidade; as plantas jovens são capazes de se manter à sombra ou em condições de pequenas ou grandes clareiras, que não limitam o seu estabelecimento; na regeneração natural algumas espécies formam banco de plântulas. São exemplos de espécies tipicamente oportunistas: Jaracatiá, Cedro, Poroma, etc.

O grupo climax são aquelas espécies que germinam na sombra e as plântulas e indivíduos juvenis vivem por alguns anos debaixo das outras espécies. Este grupo ecológico se caracteriza por apresentar sementes produzidas em menor quantidade, com períodos de baixa ou nenhuma produção e outros de grande produção, com reservas nutricionais grandes, com dormência curta ou ausente e curta longevidade, sendo muitas recalcitrantes. a dispersão é feita pelo peso ou por animais; germina imediatamente após a dispersão, na sombra, e requer alto conteúdo de umidade; as plântulas crescem em condições de baixa intensidade de luz e o crescimento é lento e dependente das reservas da semente; a planta adulta requer luz; a regeneração é realizada a partir de banco de plântulas ou da queda de sementes e, nos locais com condições propícias ao seu estabelecimento. São exemplos de espécies do grupo climax: óleo de Copaíba, algumas Canelas, Piúva, Jatobá, Cauví, etc.

O processo de sucessão

Na história da formação de um Ecossistema a sucessão pode ocorrer de formas deferente:

a) Sucessão primária: é a primeira vegetação que ocorre em uma área desnuda e com formação geológica recente.

b) Sucessão secundária: é a vegetação que caracteriza uma área onde ocorreu pequenas e grandes clareiras provocadas por agente naturais como o fogo, vento e enchente e se recuperou.

c) sucessão secundária antropomórfica: é a vegetação que recuperou grandes áreas exploradas rotativamente pelo homem. Bastante difícil, na prática, de ser diferenciada da segunda.

O manejo Sustentado

O extrativismo nas florestas brasileiras, tem levado ao desequilíbrio das comunidades e das estruturas populacionais que as compõem, diminuindo com isto a biodiversidade de ambientes e de espécies. (REIS et al. 1992a). Na Floresta Tropical Atlântica este processo não foi diferente e atualmente apenas pequenos núcleos representam a estrutura e a biodiversidade significativas desta comunidade.

Manter os núcleos de florestas primárias, dar continuidade ao processo sucessional e a recuperação de áreas degradadas dependem de uma ação integrada que procure conciliar a conservação e a economicidade deste ambientes.

As propostas de manejo de florestas, de modo geral, baseiam-se na diminuição da área basal, seja pelo corte seletivo de árvores, seja de determinado percentual da propriedade. Quando não as atividades exploratórias da floresta baseia-se no simples extrativismo das espécies de valor comercial. De outro lado ainda, propõe-se o raleamento ou o enriquecimento da área e mesmo a introdução de espécies exóticas ao ambiente natural.

O manejo de Rendimento Sustentado proposto tem alguns pressupostos básicos: 1. conciliar a conservação com o rendimento econômico; 2. baseia-se na auto-ecologia das espécies; 3. manter a biodiversidade. 4. Mudança de mentalidade.

O manejo sustentado de espécies nativas da Floresta Atlântica está de acordo com a metodologia proposta por Fantini, que afirma que o manejo de espécies tropicais só possível através do conhecimento da diversidade e da dinâmica da comunidade florestal, a partir do conhecimento da auto-ecologia da espécie manejada e do entendimento do papel desempenhado dentro da comunidade florestal. O estudo da auto-ecologia permite caracterizar a espécie escolhida dentro de uma comunidade florestal determinada, e a partir disto determinar quais as inter-relações que são estabelecidas. (FANTINI, 1992) . Ou seja, a manutenção da biodiversidade local é fundamental seja do ponto de vista da conservação, ou do aproveitamento econômico dos recursos florestais através do manejo

Outro aspecto ressaltado é estabelecer algumas síndromes para caracterizar a qual grupo ecológico pertence determinada espécie e assim facilitar a definição dos padrões de manejo, o que permite definir técnicas que podem ou não favorecer o seu estabelecimento, com o alerta para a necessidade de aprofundar a realização de estudos de auto-ecologia das espécies. (PIÑA RODRIGUES ,1990)

Por último, que a retirada de biomassa de uma comunidade florestal é a maior ameaça à garantia da sustentabilidade do processo dinâmico e por isso torna-se imprescindível o acompanhamento sistemático, principalmente nas formações secundárias, devido a sua baixa diversidade, pois ainda se encontram no início do processo sucessional, (REIS ET AL., 1993),

Do mesmo modo, a sustentabilidade só é possível quando considera a manutenção dos processos dinâmicos de cada comunidade florestal e garante a diversidade biológica e ambiental.

A metodologia sugere o estabelecimento de parcelas permanentes, distribuídas aleatoriamente, em número e tamanhos suficientes para representar significativamente as espécies da comunidade florestal local e irão proporcionar a caracterização de parâmetros quantitativos e qualitativos. Destaca ainda a necessidade de determinar a periodicidade do acompanhamento, cujo intervalo varia de acordo com o parâmetro a ser avaliado no estudo.

A metodologia para o manejo de espécies medicinais foram adequadas por Reis e devem considerar qual parte da planta será explorada (folhas, casca, semente ou raiz) e a sua localização no ambiente natural (planta do dossel, de clareira ou do sub-bosque). Mais especificamente, Reis propõe como uma das principais estratégias caracterizar a recuperação dos indivíduos sob poda controlada avaliando o incremento e a reposição da biomassa o que possibilita definir a intensidade do ciclo de exploração da espécie. (REIS, 1995)

A Legislação Pertinente

O manejo de espécies nativas da Mata Atlântica está limitado pelos condicionantes impostos na legislação ambiental, pois a é área considerada como patrimônio nacional pela Constituição Federal.

Entretanto, a legislação ambiental, que no primeiro momento optou pelo "tudo é proibido", começa a estabelecer mecanismos que possibilitem a exploração sustentada, como o Decreto Federal 750/93 define os parâmetros técnicos para o licenciamento e a regulamentação do manejo sustentado de espécies nativas, transcrito a seguir:³

Art. 02.: - A exploração seletiva de determinadas espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da mata Atlântica poderá ser efetuada desde que observados os seguintes requisitos: I - não promova a supressão de espécies distintas das autorizadas através de práticas de roçadas, bosqueamento e similares; II - elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoques e garantias de capacidade de manutenção da espécie; III - estabelecimento de área e de retiradas máximas anuais IV - prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes e critérios técnicos por ele estabelecidos. Parágrafo único. Os requisitos deste artigo não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora utilizadas para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, mas ficará sujeita à autorização pelo órgão estadual competente.

No Estado de São Paulo a regulamentação do manejo do Palmiteiro (*Euterpe edulis*), da Caixeta (*Tabebuia cassinoides*) e do Jacatirão (*Tibouchina spp*) têm apresentado resultados que comprovam esta direção, seja do ponto de vista ambiental como da pesquisa científica, apesar do longo caminho ainda a ser percorrido.

No caso específico do manejo de plantas medicinais não existe ainda uma legislação específica para regulamentar sua exploração, apesar de diversos esforços neste sentido, como o DEPRN que promoveu uma reunião técnica com a finalidade de discutir a regulamentação da extração e manejo de plantas medicinais que contou 40 participantes entre produtores, associações, técnicos e pesquisadores realizada em Registro no dia XX/xx/1997.

Os parâmetros básicos para a legislação de manejo de espécies nativas com propriedades de uso medicinal são conhecidos, esperando apenas a sensibilidade das autoridades públicas para tomar medidas concretas e positivas - ao contrário da política atual adotada centrada na fiscalização e repressão - para tirar da clandestinidade o manejo das espécies nativas.

É urgente tratar da regulamentação do manejo de plantas medicinais se buscamos alternativas para o desenvolvimento sustentável, se queremos que as nossas florestas continuem sendo protegidas, se queremos que haja uma mudança de mentalidade dos agricultores, afim de que compreendam que as florestas são um bem de grande valor, e não um estorvo, como a maioria acredita.

³ Decreto No. 750, de 10 de fevereiro de 1993 (publicado no DOU de 11/02/93)

O Levantamento Preliminar nas Comunidades de Quilombo

O presente relatório é resultado do levantamento preliminar realizado junto as Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira, as comunidades envolvidas inicialmente neste levantamento foram o Quilombo São Pedro, Quilombo Nhunguara, Quilombo Pedro Cubas e o Quilombo Ivaporunduva.

Com o levantamento realizado será possível identificar as plantas com potencial para manejo como mais uma alternativa de renda para estas comunidades e diminuir a degradação desordenada dos recursos naturais disponíveis nas áreas de abrangência dos Quilombos e áreas vizinhas.

O trabalho de campo foi realizado através de entrevistas e conversas junto às pessoas dessas comunidades que se utilizam das plantas medicinais como forma de resolver seus problemas de saúde.

A identificação visual das plantas indicadas pelas comunidades foi realizada com incursões nas áreas cobertas com floresta, caminhadas nas áreas degradadas e passeios nos arredores das residências dos moradores, durante as entrevistas em que relatavam a utilização das mesmas.

As plantas foram identificadas inicialmente a partir do nome popular designado pelos moradores e alguns exemplares foram coletadas para posterior determinação botânica em laboratório. Procurou-se também quando possível fotografar algumas plantas para apoiar os estudos de identificação botânica.

O trabalho de campo contou com a participação do Engenheiro Agrônomo Alexandre Mariot, mestrando em manejo dos recursos naturais na UFSC que participou das entrevistas e da identificação das plantas.

Posteriormente, os dados levantados em campo foram analisados e discutidos com a presença dos Professores Maurício Sedrez dos Reis, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Professor Luiz Di Stazi da Universidade Estadual Paulista.

Análise inicial dos Resultados

Os resultados obtidos no levantamento preliminar estão consolidados no Anexo I deste relatório e indicaram a existência de 119 plantas diferentes utilizadas pelas comunidades quilombolas e que comprovam a alta diversidade vegetal na área da Floresta Atlântica e que corroboram outros resultados de trabalhos realizados como o pré-levantamento realizado Por Ribeiro e Odorizzi que apontou cerca de 70 espécies nativas florestas com indicação de uso medicinal. (RIBEIRO E ODORIZZI, 1996)

Em artigo publicado no jornal⁴ o Sr. Carlos Novi, produtor de plantas medicinais, afirma que em seus levantamentos já catalogou 120 plantas de espécies. Os trabalhos realizados Gemima Born (1993) na Estação Ecológica Juréia-Itatins, indicaram no levantamento cerca de 600 plantas medicinais e fornecedoras de fibras e frutos.

Foram relacionados no levantamento preliminar cerca de 300 indicações de uso para as 119 plantas citadas. Em muitos casos pode-se observar usos bastantes distintos para a mesma espécie. E o seu contrário, ou seja, espécies muito distintas com a mesma indicação.

A indicação por nome comum das plantas pode levar a usos equivocados ou confusos, por exemplo a Pariparoba mencionada pela comunidade do Ivaporunduva é diferente da mencionada na comunidades do Nhunguara e do Pedro Cubas. Neste

⁴ O Estado de São Paulo, 1995

caso, torna-se necessário a identificação botânica da espécie para definir cientificamente se são a mesma espécie ou não

Outros exemplos indicam o uso de nomes semelhantes como Caroba no Ivaporunduva e Carobinha no Pedro Cubas, que de antemão não se pode precisar se são a mesma planta. Outro exemplo que pode ser citado é a denominação Abuta, Abutinha ou Abuto

Além disso, algumas espécies, como o Mentrasto citado nas quatro comunidades, apresentaram usos bastante diferentes entre as comunidades. Ou mesmo o exemplo da Espinheira Santa, citada pela comunidade do Pedro Cubas, cujo uso recomendado é diferente em relação ao descrito para outros locais ou pela literatura especializada.

Diante deste quadro inicial, considerando o número de plantas levantadas preliminarmente e as suas indicações, lembrando que já estão sendo utilizadas para a cura de doenças nas comunidades, torna-se necessário dar continuidade ao trabalho que foi iniciado.

As propostas de continuidade do Projeto de Plantas Medicinais nas Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira são apresentadas mais adiante neste relatório. No entanto, cabe relatar dois aspectos observados durante o trabalho de campo que realçam a necessidade de continuidade do trabalho.

No trabalho de campo foi observado na Comunidade do Nhunguara a indicação de uso da Espinheira Santa para problemas de estômago, ao observar um exemplar da planta verificou-se na verdade que se tratava de uma planta bastante parecida mas de outra família Leguminosa. Esta situação pode acarretar conseqüências diversas: como o uso inapropriado, ou mesmo que o uso proposto realmente esta correto, mas a comprovação desta situação somente será possível, mais adiante.

O exemplo que ilustra esta situação é a utilização do Confrei, *Symphytom officinale*, cujo uso foi amplamente divulgado com propriedades curativas, até mesmo para tratamento de cirrose no fígado, recentemente foi provado que o seu uso prolongado pode provocar câncer no fígado. Atualmente, só pode ser usado em aplicações externas.⁵

Durante o trabalho de campo foi observado a presença de compradores de plantas medicinais, que atuam como atravessadores no mercado, e que a retirada de plantas continua ocorrendo na área de abrangência das comunidades quilombolas. Vários entrevistados citaram que existe mercado para a extração de Quina-vermelha e Inhapecanga. E em outro momento foi possível observar a saída de uma camionete carregada destas plantas.

No caso da Quina-vermelha, aproveita-se a casca e no Inhapecanga utiliza-se a raiz, assim como já foi amplamente discutido a exploração indiscriminada das espécies nativas pode acarretar a sua extinção, o que torna imprescindível o desenvolvimento de técnicas de manejo. Considerando ainda que apesar da renda imediata obtida pela exploração e venda de produtos da floresta, observa-se que no médio prazo esta situação pode levar ao maior empobrecimento dos recursos naturais disponíveis e em linha direta das comunidades que convivem neste ambiente.

⁵ Folha de São Paulo. Caderno de Ciências p. 6-14 de 26/12/93.

A Continuidade do Projeto de Plantas Medicinais

A análise dos resultados do levantamento preliminar permite concluir que diante da diversidade de plantas, nomes populares e usos indicados pelas comunidades há necessidade dar continuidade, envolvendo a participação direta das comunidades e de pessoal técnico especializado, pois isto representa resultados concretos que podem assim ser resumidas:

- a recuperação e manutenção da cultura das populações tradicionais, no caso específico da presença dos negros presentes em nossa região há pelo menos 300 anos.
- a proteção dos recursos florestais, com o binômio uso e conservação, a partir da realização de pesquisas aplicadas para definir estratégias de manejo,
- resgate das práticas alternativas de cura de doenças, através do uso de plantas medicinais que, como foi possível observar durante os trabalhos que muitos moradores dos Quilombos já abandonaram esta prática, recorrendo aos remédios sintéticos encontrados nas prateleiras das farmácias.
- Constituir-se numa alternativa de geração de renda para as comunidades.

Procurou-se apresentar a continuidade do projeto em duas dimensões de tempo: de curto prazo nos próximos seis meses e de médio prazo nos próximos 2 anos.

A continuidade do projeto, a curto prazo, pretende intensificar o contato com as instituições de pesquisa e Universidades para obter subsídios e indicações de espécies nativas que podem ser manejadas e/ou cultivadas pela comunidade. Estudar a lista de plantas e indicações de uso para identificar sua classificação botânica e levantar as referências científicas de usos comprovados existentes. Promover o retorno à comunidade com uma listagem de plantas, sua identificação e uso comprovado. Eleger algumas espécies com potencial para a realização de estudos de manejo.

A médio prazo, pretende-se a implantação de um projeto integrado baseado em 5 eixos de atuação: o levantamento etnobotânico, a comprovação científica, o manejo sustentado, o retorno à comunidade e os estudos de potencial de mercado. Em síntese, como foi proposto por Di Stasi (1996), cujo fluxograma de ação é apresentado na figura I, o qual procuraremos detalhar.

1. O levantamento etnobotânico:

A abordagem etnobotânica, baseado em conceitos sociológicos e biológicos, engloba o conhecimento da denominação, classificação e uso das plantas por grupos sociais específicos e partir da idéia de que a construção do conhecimento popular se dá através da tradição oral na prática cotidiana do trabalho agrícola nas crenças religiosas, costumes e curas das doenças.

A estratégia para realização deste levantamento estabelece dois aspectos básicos: a coleta de plantas e as informações sobre o seu uso. E deve ser realizado com a participação direta e efetiva das comunidades, baseados nos conceitos da pesquisas e observação participante.

O trabalho é realizado durante entrevistas com os habitantes, em especial mateiros, curandeiros, benzedores, etc., com uso de gravador para registro completo dos dados incluindo, além do nome popular, características das plantas em seu local de coleta, forma de preparo, administração, posologia, etc. Segundo observações de Amorozo é preciso registrar de onde vem o conhecimento do uso das plantas, se é um

conhecimento tradicional ou se surgiu do contato com fontes externas à cultura local. (AMOROZO, 1995).

Além disso, a coleta do material para identificação botânica (nomenclatura científica e sinônimas) e para uma determinação botânica precisa da espécie coleta é necessário a coleta da planta com flor para preparo de excidatas e posterior identificação.

O resultado do levantamento etnobotânico irá permitir a produção de listagens e posterior seleção de plantas de interesse econômico com base nos dados populares e na literatura científica das plantas identificadas. Permitindo assim uma comparação efetiva entre o conhecimento popular e o uso tradicional com o conhecimento já comprovado por métodos científicos

A identificação do material permitirá ainda a definição de quais espécies são nativas ou exóticas, permitindo o estabelecimento do potencial de cultivo e ou manejo. Através da literatura especializada poderão ser estabelecidas estratégias de cultivo para maximizar a produção e/ou de estratégias de manejo adequadas à espécies.

2. A comprovação científica

Como pode se constatar anteriormente o uso de plantas para a cura de doenças se confunde com a própria história da humanidade. Durante séculos o homem que aprendeu a se utilizar das plantas para sua alimentação e saúde transmitiu esse conhecimento através dos tempos. Grande parcela do conhecimento oral acumulado se perdeu com os processos históricos de dominação cultural e política, principalmente no período de colonização.

Não há dúvida que existe um imenso saber popular que deve ser resgatado, ou mesmo de muito do que sabemos hoje, como no caso do uso de plantas para fins medicinais é proveniente do conhecimento empírico das civilizações anteriores

Vale citar o exemplo clássico da casca do salgueiro *Salix alba*, planta de locais úmidos, cujo uso popular era e é indicado como antitérmico e estados gripais e de onde a indústria farmacêutica retirou o princípio ativo que deu origem a uma droga extremamente popular nos nossos dias a aspirina (Ácido Acetilssalicílico).

Entretanto, sem menosprezar o saber popular é preciso muito cuidado na divulgação do uso de planta para a cura de doenças, como vimos nos exemplos citados anteriormente, nos casos do Confrei e da Espinheira Santa. Situações nas quais a indicação e o uso indiscriminado de plantas podem causar problemas imensuráveis.

Por isso uso das plantas para fins medicinais deve necessariamente considerar a comprovação científica para sua utilização em larga escala. A constituição química de uma planta pode variar de acordo com a geografia, altitude, época do ano e mesmo dentro da mesma espécie. Deste modo, a pesquisa farmacológica deve ressaltar algumas razões que impedem o uso das plantas como medicamentos.

Os trabalhos científicos são importantes para garantir o reconhecimento da planta, sua identificação botânica, os componentes químicos ativos, testes farmacológicos que comprovem a eficiência e eficácia do uso proposto.

Esta etapa do trabalho requer pessoal especializado nas áreas de botânica, química e farmacologia. A saída viável proposta neste caso é garantir o apoio efetivo de centros de pesquisa e universidades para realizar as comprovações científicas necessárias. Outro aspecto a ser levado em conta é o tempo necessário para a realização do trabalho que pode ser lento e demorado em alguns casos. Di Stasi cita por exemplo um caso em estudo de uma espécie de Pariparoba, *Pothomorphe*

umbellata, empregada popularmente como analgésica, antiinflamatória e para problemas hepáticos, sobre a qual estão sendo realizados experimentos científicos para comprovação de uso, mas cujos testes são demorados e de lenta execução.

3. O manejo sustentado

O trabalho de pesquisa com plantas nativas ainda é bastante incipiente em todo o país, o que resulta na escassez de informações científicas. Ao mesmo tempo que a pesquisa visando o manejo sob regime de rendimento sustentado requer um amplo conhecimento da espécie manejada, sob vários aspectos, e conseqüentemente consideráveis investimentos em pesquisas. Todo este trabalho de ser integrado o que requer recursos humanos qualificados, financiamento e tempo.

Ao lado do trabalho de levantamento etnobotânico e da comprovação científica do uso de plantas medicinais devem ser desenvolvidas estratégias para o manejo sustentado das espécies escolhidas. Ao mesmo tempo que esta etapa depende das anteriores, pode também ser abreviada a partir da identificação de plantas com potencial medicinal já definidas em outros estudos e pesquisas e a partir da avaliação da existência de demanda de mercado. Alguns trabalhos que estão sendo desenvolvidas por outras instituições poderão beneficiar diretamente também as comunidades quilombolas em estudo.

A pesquisa em manejo sustentado deve contemplar de forma complementar ainda revisões bibliográficas, estudos de germinação da espécie, estudos da biologia floral e de ecologia da polinização, de dispersão de sementes, levantamentos de demografia da espécie e de variabilidade genética completo

Deste modo, as ações complementares poderão estar sendo viabilizadas, por exemplo com a realização de estágios com alunos de graduação, com o objetivo de avaliar e definir padrões e métodos de amostragem e de levantamento de espécies nativas com potencial para o manejo.

4. O retorno à comunidade

A principal finalidade de todo o trabalho proposto, sem nenhuma contestação é o retorno concreto à comunidade. Razão pela qual todo o esforço pode ser plenamente realizado na continuidade dos trabalhos.

Neste ponto convém salientar um dilema. De um lado o conhecimento popular das comunidades tradicionais (índios, caiçaras, caboclos, ribeirinhos e negros) é reconhecida como a principal fonte de informações para a descoberta da maioria dos medicamentos de origem natural da medicina moderna. Mas de outro lado, estas mesmas comunidades são, de modo geral, marginalizadas e excluídas dos benefícios resultantes do seu próprio conhecimento.

Em primeiro lugar, vivem marginalizadas do processo de desenvolvimento econômico e social do sistema capitalista, cada dia mais globalizado, excludente e dominado pelo mercado financeiro internacional. Como excluídos não tem acesso às políticas públicas, cada vez mais restritivas, inclusive quanto ao acesso à saúde, seja como prevenção de doenças como na assistência curativa. Sabe-se que o progresso da medicina moderna não se traduziu de forma alguma na garantia de acesso aos serviços de saúde pela população menos favorecida.

Em segundo lugar, As comunidades tradicionais detentoras do saber popular não recebem nenhum benefício direto ou indireto pelo conhecimento expropriado e mercantilizado pela pesquisa e pela indústria farmacêutica. Ou seja, não há o

reconhecimento ao direito de propriedade intelectual ao conhecimento tradicional das comunidades que possibilitaram a descoberta de novos fármacos. Tema, alias, que está sendo debatido e discutido nacionalmente e internacionalmente.

Deste modo com a finalidade de garantir o êxito aos objetivos propostos é necessário a participação constante e ativa das comunidades envolvidas em todas as etapas do trabalho proposto.

O retorno a comunidade está previsto em diversas atividades a serem desenvolvidas como: a edição de catálogo de plantas medicinais comprovadas para o uso popular, edição de cartilhas e outros meios pedagógicos para a realização de cursos sobre manejo cultivo e uso de plantas medicinais. Realização de um intenso programa de educação ambiental voltado para as crianças, jovens e mulheres a fim de ressaltar a importância do resgate da cultura negra e o modo de vida das comunidades, com ênfase também na conservação dos recursos naturais. Elaboração de projetos de cultivo e ou manejo florestal de espécies nativas com potencial de exploração e de mercado comprovados. Garantia total de acesso aos benefícios diretos e indiretos nos resultados obtidos pelo trabalho científico.

5. O potencial de mercado

No mercado de plantas medicinais e aromáticas existe uma enorme nebulosidade. No futuro próximo este mercado é estratégico para a descoberta de novos princípios e drogas para a cura de doenças e para substituir o uso de corantes artificiais na produção de alimentos industrializados. Mais uma vez, prevalece o interesse das grandes indústrias internacionais do ramo farmacêutico.

Sabe-se que o potencial de mercado a nível mundial para a exploração das plantas, de princípios ativos ou extratos de plantas pode variar entre 4,9 bilhões a 47 bilhões nos próximos dez anos. No setor de aromas e fragrâncias, segundo uma multinacional suíça pode estar em torno de 150 milhões de dólares.⁶

Em artigo publicado na Revista "Conservation Biology" os pesquisadores americanos Robert Mendelsohn e Michael Balick afirmam que cultivar plantas com usos medicinais pode dar uma renda até 30 vezes maior do que desmatar a floresta para criar gado ou o aproveitamento da madeira.⁷

Atualmente, não existe nenhum controle sobre a extração, cultivo, comercialização ou consumo das espécies medicinais e quase a totalidade dos produtos atualmente comercializados são de procedência desconhecida, de baixa qualidade e de indicação duvidosa. Segundo artigo publicado em 1992, do Vale do Ribeira saem perto de 70 toneladas de ervas medicinais que abastecem todo o país.⁸

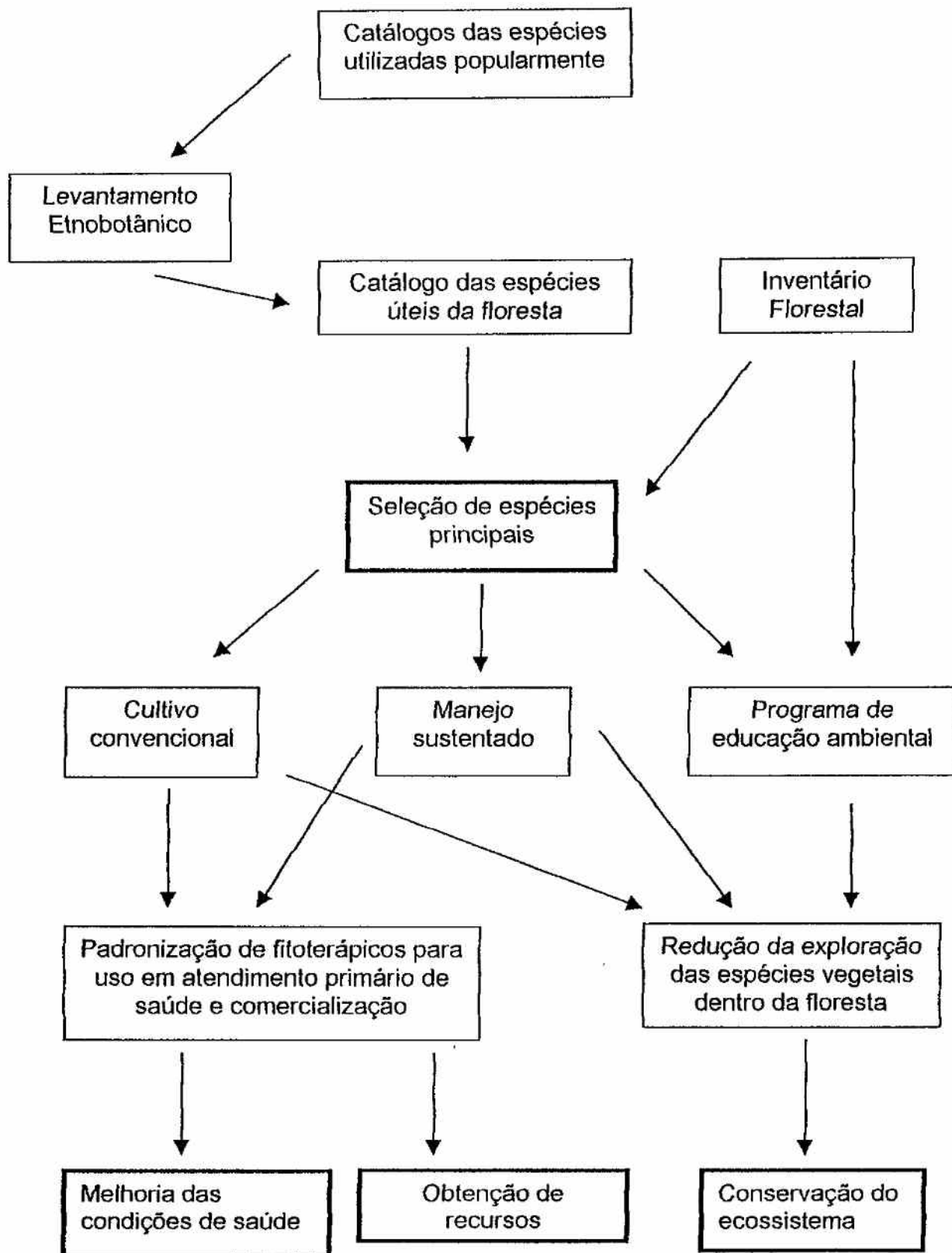
Deste modo, tanto para o mercado interno como para a exportação, extremamente exigente, há necessidade de se estabelecer alguns parâmetros para a produção, preparação, identificação e comercialização da produção.

⁶ Guia Rural: ervas e temperos. Janeiro de 1991. Ed. Abril.

⁷ Folha de São paulo, Cotidiano, p. 03 de 29/04/92.

⁸ O Estado de São Paulo. Caderno Cidades p.5 de 13/09/92,

Figura I - Programa integrado de melhoria de qualidade de vida através da pesquisa com plantas medicinais



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOROZO, Maria Cristina de Mello - A abordagem etnoobotânica na pesquisa de plantas medicinais. P: 87 - 98, in "Plantas Medicinais Arte e Ciência. Um Guia de estudo interdisciplinar" . São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- DECRETO-LEI 750/93. Dispõe sobre o corte, exploração e a (...) da Mata Atlântica e da outras providências. Publicado no Diário Oficial de 11/02/93.
- DI STASI, Luiz Cláudio - Uma Proposta de ação interdisciplinar na pesquisa de novos medicamentos a partir de plantas medicinais P: 217 - 230, in "Plantas Medicinais Arte e Ciência. Um Guia de estudo interdisciplinar" . São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- FANTINI, A.C.; REIS A.; REIS M.S.; & GUERRA, M. P. , Sustained yield management in tropical forest: A proposal based on the autoecology of the species. *Sellowia*, 42-44:25-33. 1992.
- KAGEYAMA, P. Y. - Conservação "in situ" de recursos genéticos de plantas. *IPEF* 35: 7 - 40, 1987.
- MARIOT A, Projeto: exploração de Piper sp sob manejo em Regime de Rendimento Sustentado. Florianópolis, SC Relatório de Atividades de estágio, UFSC. Dez. 1996.
- RIBEIRO R. J. e ODORIZZI, Relatório do Potencial de Espécies nativas da Floresta Atlântica com propriedades para uso Medicinal para Manejo de Rendimento Sustentado da Fazenda Colônia Nova Trieste. Relatório de Atividades Atlântica Agro-Floresta. Abril de 1996
- REIS, A. et al., Experiências Silviculturais para o Manejo de Rendimento Sustentado Dentro do Domínio da Floresta Tropical Atlântica. In Anais do 7o. Congresso Florestal Brasileiro. Curitiba Pr. p. 197-201. 1993
- REIS, A. ; et al., Aspectos sobre a conservação da biodiversidade e o manejo da Floresta Atlântica. Anais do 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas -Revista do Instituto Florestal 4: 169 - 174, 1992.
- REIS, M. S., 1996. Manejo Sustentado de Plantas Medicinais em Ecossistemas Tropicais. P. 200-215. In: Plantas Medicinais Arte e Ciência. Ed. UNESP. São Paulo
- RESOLUÇÃO SMA. 14. Dispõe sobre a exploração do Jacatirão (*Tibouchina spp*) através de Plano de Manejo. Diário Oficial de São Paulo, p. 34 de São Paulo, São Paulo de 20 de Setembro de 1995.
- RESOLUÇÃO SMA Nº 16. Dispõe sobre a regulamentação do Manejo Sustentado do palmitreiro *Euterpe edulis Mart.* Diário Oficial do Estado., de 21 de junho de 1994.
- SCHUBART, H.D. R. - Fundamentos ecológicos para o manejo florestal na Amazônia. Anais do Congresso Nacional sobre Essências Nativas: 713 - 731, 1982.
- PIÑA-RODRIGUES; MARQUES F.C.; COSTA, L.G.S. & REIS, A., Estratégias de Estabelecimento de espécies Arbóreas e o Manejo de Florestas Tropicais. In Anais do 6o. Congresso Florestal Brasileiro, Campos do Jordão - São Paulo, p. 676-684. 1990

ANEXO I

**RESULTADO DO LEVANTAMENTO DE CAMPO COM O NOME
POPULAR DAS PLANTAS COM USO MEDICINAL SUAS INDICAÇÕES
E NOME DA COMUNIDADE**

NOME COMUM	QUILOMBO	UTILIZAÇÃO
Abacate	IVAPORUNDUVA	Pedra nos rins
	SÃO PEDRO	Folha para problemas de rim, bexiga, diurética
Abuta	NHUNGUARA	Corte , para não inchar machucado
Abutinha	SÃO PEDRO	Folha picada cozida para picada de cobra e aranha
Abuto	IVAPORUNDUVA	Cicatrizante, resfriado, banho para mulheres após o parto
	PEDRO CUBAS	Recaída de mulher
Abuto branco - cipó	SÃO PEDRO	Machucado interno, batida - cozinha com sal e ingere
Algodão	IVAPORUNDUVA	Tontura, dores de cabeça
Ameixa	IVAPORUNDUVA	Brotos no álcool para coluna; chá das folhas para pressão alta
	SÃO PEDRO	Pressão alta
Anador	IVAPORUNDUVA	Dores, febre
Angelim	SÃO PEDRO	Casca para dor, reumatismo
Arnica	IVAPORUNDUVA	Coluna
Arnica vermelha	IVAPORUNDUVA	Lavar feridas
Arnica-preta	PEDRO CUBAS	Machucadura
Assa peixe	IVAPORUNDUVA	Raízes para bronquite
	NHUNGUARA	Febre
	PEDRO CUBAS	Raspa da raiz para pneumonia; folha para banho contra machucadura
	SÃO PEDRO	Raiz cozida com mel para bronquite, tosse, asma
Avelá	IVAPORUNDUVA	Leite para cobreiro
	NHUNGUARA	Leite para machucadura e lombriga
	PEDRO CUBAS	Sementes para doenças de animais
	SÃO PEDRO	Junto com leite para tirar verrugas; contra feridas bucais; semente junto com a ração dos animais contra doenças
Avenca	SÃO PEDRO	Derrame
Bacupari	IVAPORUNDUVA	Raspa de casca para misturar ao chumbo da munição
	SÃO PEDRO	Semente seca raspada para criança assustada
Bálsamo	IVAPORUNDUVA	Mastigar uma folha pela manhã para úlcera
Banana	IVAPORUNDUVA	Coração da bananeira contra bronquite, fígado; muda para reumatismo (xarope)
Batatarana	PEDRO CUBAS	Alisar cabelos
Betari	SÃO PEDRO	Reumatismo
Bico de corvo	PEDRO CUBAS	Lavar feridas
Biri	IVAPORUNDUVA	Folhas fervidas colocadas sobre a testa para dores de cabeça; dente
Boldo chinês	IVAPORUNDUVA	Fígado
Brejaúva	NHUNGUARA	Palmito contra hepatite
Bucuva	IVAPORUNDUVA	Semente torrada para barriga inchada
	PEDRO CUBAS	Fígado, prisão de ventre
	SÃO PEDRO	Semente para mal-estar
Café	IVAPORUNDUVA	Imerso em álcool para massagear a coluna
Caixão de velho	SÃO PEDRO	Folha e raiz para asma
Cana do brejo	NHUNGUARA	Dor de barriga, abrir apetite
	SÃO PEDRO	Ramo cozido ou amassado para combater diarreia e problemas no intestino
	IVAPORUNDUVA	Dor de barriga
	PEDRO CUBAS	Diarreia, fígado

Capiá	PEDRO CUBAS	Banho para dores musculares
Capiá guaçu, tanheiro	SÃO PEDRO	Casca cozida com folha de batata e urtiga para dor de dente e inchaço
Capim-gordura	PEDRO CUBAS	Coração
Capixu	NHUNGUARA	Semente para verme de criança, febre
	IVAPORUNDUVA	Empanturrção, prisão de ventre
	PEDRO CUBAS	Fígado
	SÃO PEDRO	Prisão de ventre, cessar vômito
Caroba	IVAPORUNDUVA	Banho da casca e folhas para feridas na cabeça
Carobinha	PEDRO CUBAS	Sarna, verme Lavar feridas
Casca de bálsamo e folha de laranjeira	NHUNGUARA	Bronquite
Cedro	IVAPORUNDUVA	Banho, peste de criança
	NHUNGUARA	Sarna
	PEDRO CUBAS	Inalação para sinusite; contra inchaço
	SÃO PEDRO	Casca cozida misturada com o milho para doença de galinha
Chá-de-bugre	IVAPORUNDUVA	Chá
Chapéu-de-couro	PEDRO CUBAS	Fígado, machucadura
Cidra	SÃO PEDRO	Pressão
Cipó caboclo	SÃO PEDRO	Banho para dores no corpo, reumatismo
Cipó camarão	NHUNGUARA	Conjuntivite
	SÃO PEDRO	Banho para reumatismo
	PEDRO CUBAS	Colírio
Cipó imbé	NHUNGUARA	Colocar em álcool contra dores
Cipó mil homem	IVAPORUNDUVA	Banho
	SÃO PEDRO	Adoça o cipó cozido com mel e tomar em jejum pela manhã contra lombriga; banho para reumatismo
	PEDRO CUBAS	Vermes
Cipó São Simão	SÃO PEDRO	Pó da planta como cicatrizante
Cipó sumo	NHUNGUARA	Sarna
Cipó-timbó	IVAPORUNDUVA	Tóxico
	PEDRO CUBAS	Tóxico
Coentrinho	IVAPORUNDUVA	Dor de barriga
Coentro	IVAPORUNDUVA	Sarna
Copalba	IVAPORUNDUVA	Furunco
	NHUNGUARA	Vinho para fortificar o sangue
	PEDRO CUBAS	Óleo para pulmão, coluna, reumatismo
Copalba, páu-óleo	SÃO PEDRO	Óleo da semente para doenças venéreas
Costela de adão, cipó de caboclo	PEDRO CUBAS	Pedaços da raiz imersos em álcool contra dores
Couve	IVAPORUNDUVA	Talo com leite para gastrite
Criciúma	SÃO PEDRO	Líquido interno para utilizar quando machucar com a própria taquara
Cuvatã	SÃO PEDRO	Folha sobre a testa juntamente com leite materno para combater dor de cabeça
Embaúba	IVAPORUNDUVA	Chá das folhas para pressão alta
	NHUNGUARA	Bronquite, tosse
	PEDRO CUBAS	Diabete
	SÃO PEDRO	Pressão alta e baixa
Erva cidreira	IVAPORUNDUVA	Chá das folhas como calmante
Erva de bicho	IVAPORUNDUVA	Sarampo
Erva de macuco	SÃO PEDRO	Folhas amassadas no álcool para dor e quebradura;

		inflamações internas
Erva de passarinho	SÃO PEDRO	Quando cresce sob vassourão é utilizada para machucadura
Erva de raposa	PEDRO CUBAS	Dores
Erva de Santa Maria	PEDRO CUBAS	Machucadura, com leite para vermes
	SÃO PEDRO	Emplasto para machucado, contra lombriga
	NHUNGUARA	Lombriga
Erva-de-bicho	PEDRO CUBAS	Torrar a folha e cheirar, para sinusite; hemorróidas
Erva-de-macuco	PEDRO CUBAS	Machucadura, quebradura
Espinheira-santa	PEDRO CUBAS	Coluna
Fedegoso	IVAPORUNDUVA	Folha sapecada sobre a testa para dores de cabeça
Figueira	NHUNGUARA	Lombriga
Flor-de-Amazonas	NHUNGUARA	Úlcera, fígado
Folha da fortuna	NHUNGUARA	Dores de estômago
Folha-santa	PEDRO CUBAS	Lavagem de ferida
Fumo bravo	IVAPORUNDUVA	Ferida
Gengibre	IVAPORUNDUVA	Chá
Gerbom	IVAPORUNDUVA	Machucadura, cortes, tosse
	PEDRO CUBAS	Machucadura
	SÃO PEDRO	Machucadura, quebradura, raiz junto com ovos para problemas pulmonares
Goiaba	IVAPORUNDUVA	Casca para dor de barriga; broto para dor de dente
	NHUNGUARA	Febre
	PEDRO CUBAS	Folha e casca para dor de cabeça e banho
	SÃO PEDRO	Casca e broto contra diarreia
Graniola	IVAPORUNDUVA	Emagrecedor
Guaco	IVAPORUNDUVA	Xarope da folha para tosse
Guanchuma branca	SÃO PEDRO	Machucado
Guiné	IVAPORUNDUVA	Purificação
Guriri	IVAPORUNDUVA	Emplasto para machucados
Hortelã grossa	IVAPORUNDUVA	Bronquite, coração
Hortelã-pimenta	IVAPORUNDUVA	Tosse, resfriado
Hortelãzinho	IVAPORUNDUVA	Vermes, tosse
laborandi	SÃO PEDRO	Folha na testa para dor de cabeça, ramo e raiz mastigar para dor de dente
Ipê-roxo	PEDRO CUBAS	Sinusite, úlcera
Jabuticaba	IVAPORUNDUVA	Dor de barriga
Jabuticama	IVAPORUNDUVA	Folha amassada sobre a teste para dores de cabeça
Jacatirão	IVAPORUNDUVA	Feridas
Jaguarandi	IVAPORUNDUVA	Lavara cabeça para queda de cabelos
Jambolão	IVAPORUNDUVA	Diabele
	PEDRO CUBAS	Diabele
Jatobá	NHUNGUARA	Fortificante
	PEDRO CUBAS	Fortificante
	SÃO PEDRO	Chá da casca com açúcar como fortificante
Jurubeba	PEDRO CUBAS	Fígado
	SÃO PEDRO	Raiz para tosse
Laranja	IVAPORUNDUVA	Banho
	PEDRO CUBAS	Resfriado
Limão cravo	IVAPORUNDUVA	Febre
Losna	IVAPORUNDUVA	Vermes

Mal-me-quer	IVAPORUNDUVA	Recaída, resguardo
Malva branca	SÃO PEDRO	Folha e raiz cozida contra diarreia
Manjerição	IVAPORUNDUVA	Dente
Manjerona	NHUNGUARA	Má digestão
Melão de São Caetano	IVAPORUNDUVA	Chá das folhas para tirar barriga, fígado
Melissa	IVAPORUNDUVA	Calmante
Mentraso	IVAPORUNDUVA	Incontinência urinária, friagem
	NHUNGUARA	Vermes em criança
	PEDRO CUBAS	Esfregar as folhas em local dolorido
	SÃO PEDRO	Raiz para parar a menstruação e aborto
Mentruz, Erva de Santa Maria	IVAPORUNDUVA	Vermes, machucadura
Muchita	PEDRO CUBAS	Bexiga, urina solta
	SÃO PEDRO	Bronquite
Napoleão, lírio do brejo	NHUNGUARA	Dor nos olhos
	PEDRO CUBAS	Folha sobre a cabeça para dor de cabeça; raiz para recaída de mulher
Nhapecanga	IVAPORUNDUVA	Ferida na cabeça
	PEDRO CUBAS	Ferida
Nhutinga	IVAPORUNDUVA	Resfriado
	PEDRO CUBAS	Resfriado
Olho-de-cabra	PEDRO CUBAS	Coração
	SÃO PEDRO	Machucado, recaída
Pacová	IVAPORUNDUVA	Lavar cabelos
Palmito	NHUNGUARA	Dor de estômago
	PEDRO CUBAS	Sumo anti-hemorrágico
	SÃO PEDRO	Beber o líquido ou cortar a planta e colocar sobre o local da picada da cobra para puxar o veneno
Pariparoba	IVAPORUNDUVA	Dor de cabeça
	PEDRO CUBAS	Machucadura
Pariparoba, caapeba	NHUNGUARA	Fígado, rim
	IVAPORUNDUVA	Fígado; salada das folhas novas para não entupir as veias; emplasto para dor de dente
Pata de vaca (flor rosa)	NHUNGUARA	Anemia
Pata-de-vaca	IVAPORUNDUVA	Diabete
	PEDRO CUBAS	Fígado
	NHUNGUARA	Rim, coração
Pé-de-galinha	IVAPORUNDUVA	Verme
Pega pega	NHUNGUARA	Dores
	IVAPORUNDUVA	Banho, febre
Picão preto	IVAPORUNDUVA	Sumo da folha junto com leite para criança que defeca exageradamente
	NHUNGUARA	Banho
Pitanga	IVAPORUNDUVA	Dor de barriga
	NHUNGUARA	Febre
Pixirica	IVAPORUNDUVA	Pó da folha para feridas
	NHUNGUARA	Queimadura
	SÃO PEDRO	Ferida na cabeça
Pó-de-mico	PEDRO CUBAS	Folhas amassadas sobre a coluna
Quebra-pedra	PEDRO CUBAS	Machucadura

Quebra-pedra + abacate + bico de abóbora	IVAPORUNDUVA	Prisão de ventre
Quina cruz	SÃO PEDRO	Raiz para dor
Quina-branca	IVAPORUNDUVA	Dor de cabeça, dor de barriga
	PEDRO CUBAS	Dores de barriga
	PEDRO CUBAS	Raiz para dores de barriga, recálida
	NHUNGUARA	Soro caseiro
	SÃO PEDRO	Cozinhar para tosse, gripe, febre
Quina-vermelha	PEDRO CUBAS	Dores de barriga
Rosa-branca	IVAPORUNDUVA	Flor cozida para febre
	PEDRO CUBAS	Flor utilizada para febre, inflamações
Rubi	IVAPORUNDUVA	Banho, corpo doído, reumatismo, hérnia
Sabugueiro	IVAPORUNDUVA	Sarampo, catapora
	SÃO PEDRO	Tosse
Samambaia	SÃO PEDRO	Raiz para reumatismo
São Fidélis	IVAPORUNDUVA	Pressão alta
	SÃO PEDRO	Sistema nervoso, tempero
São Simão	IVAPORUNDUVA	Sumo ou pó da folha sobre feridas
Sapateiro, bico de pato	IVAPORUNDUVA	Casca
Sapê	SÃO PEDRO	Reumatismo, banho em criança para andar
Sassafrás	PEDRO CUBAS	Gripe
Sene	NHUNGUARA	Dores de barriga
Sene + rosa branca + pó de café	IVAPORUNDUVA	Cansaço
Serralha	IVAPORUNDUVA	Machucadura
Sete sangrias	PEDRO CUBAS	Chá para banho contra machucadura
	SÃO PEDRO	Coração
Suna	PEDRO CUBAS	Dor de dente
Susfaia	SÃO PEDRO	Machucadura, quebradura
Sussuaia	IVAPORUNDUVA	Banho, peste de cachorro
	NHUNGUARA	Dores de barriga
Talazinho	IVAPORUNDUVA	Matar bicheira em animais
Tajujá	PEDRO CUBAS	Depurativo do sangue
Tanchagem	IVAPORUNDUVA	Infecção
Tanheiro, capiá	IVAPORUNDUVA	Lavagem de feridas
Terereca	IVAPORUNDUVA	Casca + folha para machucadura
Vassourinha	IVAPORUNDUVA	Sangue, verme, tosse
	SÃO PEDRO	Tosse
Vassourinha + hortelã + chifre de boi + pêlos de bode + penas de galinha + pêlo de mono-carvoeiro	IVAPORUNDUVA	Susto, febre, verme
Vick	IVAPORUNDUVA	Gripe
Xaxim	SÃO PEDRO	Primórdios foliares para distensão
Xuxu	IVAPORUNDUVA	Folha para pressão

Relatório de Atividades
Agricultura de Subsistência

Ronaldo José Ribeiro
Engenheiro Agrônomo
CREA 5060188035/sp

Joanir Odorizzi
Engenheiro Agrônomo
CREA 5060277396/sp

Fevereiro de 1998

INFORMAÇÕES GERAIS

Requerente

NOME: MITRA DIOCESANA DE REGISTRO

C.G.C.: 46.586.319/0001-41

Endereço: Rua Nelson B. Badur, 360 - Registro São Paulo

Fone: 013 - 8211595

Propriedade:

Terras dos remanescentes de Quilombo do Pedro Cubas, Ivaporunduva, Nhunguara e São Pedro

Município de Eldorado, - São Paulo.

Elaboração do Projeto

Responsável Técnico:

Engenheiro Agrônomo Joanir Odorizzi

CREA 5060277396/sp

Engenheiro Agrônomo Ronaldo José Ribeiro

CREA 5060188035/sp

Endereço: Rua Sebastião Jorge Ribeiro, 155

Jardim Caiçara I - Registro - S.P.

Fone/fax: 013 8212339

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO IVAPORUNDUVA

ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO PEDRO CUBAS

ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO SÃO PEDRO

ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO NHUNGUARA

DEPRN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS

NATURAIS - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

FUNDAÇÃO FLORESTAL, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITESP, INSTITUTO DE TERRAS DE SÃO PAULO

MITRA DIOCESANA DE REGISTRO

COLABORADORES

Alexandre Mariot - Engenheiro Agrônomo

Sandra Guanaes - Fundação Florestal

Sandra Almeida - Secretaria do Meio Ambiente

Wagner G. Portilho - Fundação Florestal

Roberto Ulisses Resende - DEPRN

Inês - ITESP

Benedito Alves - Monitor do Quilombo Ivaporunduva

Antonio Jorge - Monitor do Quilombo Pedro Cubas

José da Guia - Monitor do Quilombo São Pedro

RESUMO EXECUTIVO

Introdução:

Após o encontro realizado no dia 17 de janeiro com representantes das comunidades quilombolas, no Centro de Pastoral da Diocese de Registro, onde ficaram definidas as principais atividades a serem desenvolvidas pelo Projeto, tomamos as iniciativas necessárias para dar encaminhamento ao trabalho de apoio técnico as comunidades Remanescentes de Quilombo.

Apresentamos a seguir o resultado parcial das atividades desenvolvidas até o presente momento.

O Projeto Agrícola

Até o momento a linha de trabalho com a agricultura é a que tem apresentado maiores dificuldades para serem encaminhadas. Isto decorre de algumas dificuldades que podem ser citadas sucintamente:

1. o calendário agrícola das culturas de subsistência (arroz, feijão milho e mandioca) começa somente no segundo semestre em agosto.
2. Os exemplos de inúmeros projetos que já foram tentados na área e não tiveram a continuidade e o apoio necessário para o seu desenvolvimento,
3. A vontade de desenvolver um projeto com finalidades comerciais. A fim de superar a falta de recursos financeiros dos membros da comunidade para a falta de emprego e renda
- 4 a dificuldade em conseguir mercado para os produtos produzidos na comunidade, principalmente para a banana.
5. A época do ano que se caracteriza por período de intensas chuvas o que dificulta o contato e a realização de visitas e atividades na comunidade, pois os acessos são difíceis e principalmente a travessia do Rio
6. A falta de coesão para decidir sobre qual o projeto de interesse da maioria dos membros da comunidade.

1. Pedro Cubas

A comunidade decidiu trabalhar com preparo de solo para o plantio de milho, feijão e mandioca. A comunidade dispõe de sementes para o plantio devendo o trabalho envolver cerca de 14 famílias da comunidade.

A partir de fevereiro foi viabilizado o aluguel do trator agrícola para a realização dos serviços de preparo de solo, conforme solicitado pela comunidade. Está prevista a utilização de 100 horas de trator para realizar as operações de aração e gradagem ao preço de R\$ 25,00 por hora máquina trabalhada.

2. Ivaporunduva

Depois de várias discussões a comunidade decidiu priorizar o aluguel de uma máquina de beneficiamento de arroz, e nesse sentido foi providenciado o aluguel da máquina, que ficará sob a responsabilidade da Associação Quilombo de Ivaporunduva que terá a incumbência de escalonar o seu uso junto aos moradores do bairro. Foi discutida também a necessidade de construir um pequeno barracão coberto

para armazenar a máquina. O barracão está sendo construído em regime de mutirão pelos moradores da comunidade e deverá ficar pronto no mês de março quando então deverá ser providenciada a instalação da máquina e treinado o responsável pela sua operação.

A máquina, de propriedade da Mitra Diocesana, estará alugada para a comunidade através de contrato firmado entre as partes. A comunidade ficará responsável pela guarda e manutenção do equipamento. A não utilização do equipamento poderá significar a sua retirada e transferência para outra comunidade. Posteriormente está previsto o rodízio da máquina entre as comunidades interessadas no seu uso.

3. São Pedro

Embora a comunidade tenha mostrado interesse no uso da máquina de beneficiar arroz há problemas quanto ao fornecimento de energia elétrica, que deverá ser equacionado junto a CESP. O uso da máquina deverá ficar para a segunda etapa do projeto quando se pretende esteja resolvido o problema da rede elétrica.

Nas visitas realizadas à São Pedro foi possível identificar algumas alternativas colocadas pela comunidade, como a proposta de fazer um tanque de peixe. A viabilização dessa proposta depende de projeto que deve ser apresentado ao DAEE e DEPRN para análise e aprovação, o que demanda serviços de levantamento topográfico e de elaboração de projeto.

Entretanto foi levantado outra experiência com a construção de tanque na comunidade, mas que resultou em problemas de organização e desentendimento na comunidade.

4. Nhunguara

A discussão da implantação do projeto agrícola demonstrou que a comunidade se interessa particularmente no desenvolvimento de ações mais voltadas para a diversificação da agricultura, pois o plantio de arroz, feijão e mandioca é para a subsistência e de conhecimento do pessoal.

Dentre as alternativas apresentadas pela comunidade foi discutido o plantio de café, cana de açúcar, pupunha, palmito e a criação de vacas de leite. O assunto ainda deverá ser objeto de discussão junto à comunidade.

Foi sugerido à comunidade o trabalho com viveiro de produção de mudas de nativas.

Levantamento de demandas junto com a Prefeitura Municipal de Eldorado e a Casa da Agricultura identificou sérios problemas de saúde por falta de saneamento básico e captação de água adequados. Animais como porcos e cavalos são criados livremente o que acarreta problemas de saúde nos moradores locais.

O presidente da associação José Aparício demonstrou interesse na máquina de arroz. Outros membros sugeriram a instalação de um engenho de cana de açúcar.

Em períodos anteriores foi desenvolvido projeto de frango de corte na comunidade, que no início teve êxito, mas que por falta de apoio acabou. A comunidade ainda dispõe de todo o equipamento para desenvolver esta atividade.

A segunda máquina de arroz a ser alugada deverá ser instalada nesta comunidade, devido a problema da distância com outras comunidades e do interesse demonstrado para a sua instalação.

5. Sapatú

Os contatos realizados na comunidade explicitaram as dificuldades que as lideranças vem encontrando no trabalho associativo: descrença, oposição a idéia da formação da associação de quilombo, dificuldade para encaminhar a proposta de posse coletiva da área.

Dentro dos projetos agrícolas foram levantadas algumas idéias ou alternativas pensadas pela comunidade: criação de abelhas ou piscicultura. Foi colocado o interesse pela utilização do trator.

Outra idéia que foi discutida, baseado no encontro das comunidades, é a criação de capivaras.

Em reunião realizada na comunidade, com a presença de cerca de 15 pessoas, foi apresentado vídeo sobre a criação de capivaras. Nesta ocasião também foram discutidas outras alternativas como o manejo do palmito juçara, o plantio de pupunha e a exploração de plantas medicinais.

Foi marcada visita de 4 representantes da comunidade a um pequeno produtor de capivaras localizado no município de Registro para avaliar mais de perto a viabilidade do projeto. A visita deverá acontecer no dia 12 de março.

6. André Lopes

A sugestão apresentada pela Prefeitura Municipal e Casa da Agricultura é um curso de artesanato.

Até o momento não foi possível estabelecer contato com esta comunidade. situação que deverá ser solucionada na segunda etapa do projeto.

7. Galvão

Até o momento não foi possível estabelecer contato com esta comunidade. situação que deverá ser solucionada na segunda etapa do projeto, por causa da intensidade de chuvas que impede a travessia do Rio.

8 Pilões

Até o momento não foi possível estabelecer contato com esta comunidade. situação que deverá ser solucionada na segunda etapa do projeto, por causa da intensidade de chuvas que impede a travessia do Rio e as péssimas condições de acesso até a comunidade.

CONTINUIDADE DO PROJETO

O projeto terá continuidade baseado em três eixos principais:

1. Tentativa de envolver as comunidades que ainda não estão participando do projeto, no caso André Lopes, Galvão e Pilões.
2. Consolidar os projetos que estão em andamento, como no caso do Nhunguara, Ivaporunduva e Pedro Cubas.
3. Estimular as comunidades ainda indecisas, através dos exemplos positivos dos projetos em andamento nas demais comunidades

O QUE ISTO SIGNIFICA?

DEPRN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

CPT - Comissão Pastoral da Terra

MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

APA - Área de Proteção Ambiental

Mitra Diocesana de Registro

Leis Ambientais:

o que pode...

e o que não pode...

ser feito ?

ENDEREÇOS ÚTEIS

ÓRGÃO	TELEFONE
IBAMA/IGUAPE	841 - 2388
DEPRN/REGISTRO	821 - 3166
CPT	821 - 2577
MOAB	871 - 1215
POLICIA FLORESTAL	821 - 4701
POLICIA FLORESTAL/ELDORADO	871 - 1510

Posso não assinar a multa?

Pode. Mas a multa vale mesmo sem a sua assinatura.

O que devo fazer quando recebo uma multa da polícia florestal ?

Você deve guardar a sua via e preparar um recurso.

O recurso pode até ser escrito à mão, bem legível, e entregue na própria Polícia Florestal. Neste caso não é preciso de advogado, mas é bom ter a ajuda do seu sindicato ou associação para escrever e explicar melhor os motivos para se cancelar ou diminuir a multa.

ATENÇÃO: O recurso deve ser entregue o mais depressa possível. Com a nova Lei de Crimes Ambientais, o prazo é de 20 dias.

O que o Policial Florestal pode fazer ?

O que posso fazer se moro dentro de um Parque??

Não. A Lei atual, não admite a presença de moradores dentro de parques. Por isso é proibido derrubar para plantar ou cortar palmito por exemplo.

ATENÇÃO: A Lei de Crimes Ambientais determinou que qualquer dano direto ou indireto nas áreas de Parques podem ser punidos com penas de prisão de um a cinco anos e multa.

(Decreto No. 84.017 de 21/07/79 art. 27).

Introdução:

Esta cartilha foi elaborada para informar e orientar os posseiros, caiçaras, remanescentes de quilombo pequenos e médios produtores da região do Vale do Ribeira sobre o que a Lei deixa fazer e o que é proibido.

Os agricultores na sua maioria não tem acesso as informações sobre a legislação ambiental e recebem pouca orientação oficial.

De modo geral, as leis ambientais proíbem as práticas do dia-a-dia, costumes e tradições agrícolas dos pequenos agricultores.

Vários aspectos das Leis Ambientais deveriam ser mudados para se tornar adequada as práticas agrícolas das comunidades tradicionais, mas enquanto isto não acontece é necessário conhecer o que pode e o que não pode ser feito.

A cartilha foi elaborada com perguntas e resposta, pensando-se nas dúvidas mais freqüentes que são levantadas nas reuniões e nos encontros com os agricultores.

Infelizmente, a cartilha não reúne todas as informações, não é capaz de esgotar o assunto e muito menos resolve os problemas dos conflitos com as leis, mas pode ser uma ferramenta para ajudar os pequenos agricultores no seu dia-a-dia.

O mais correto é procurar ajuda de um Advogado, ou nas Associações e Sindicatos, para resolver os seus problemas.

Posso derrubar a mata para plantar ?

A chamada mata "virgem" e o capoeirão e a capoeira média, com árvores com mais de 8 metros de altura não podem ser derrubadas, pois fazem parte da Mata Atlântica, protegida por lei e considerada Patrimônio Nacional

(Constituição Federal, Art. 225, parágrafo 4)

Que tipo de mato posso derrubar para plantar ?

A capoeira com até 1,5 metro de altura conhecida como "pasto sujo", pode ser cortada sem autorização de nenhum órgão.

A capoeirinha, com árvores de 1,5 até 8 m de altura e DAP de até 10 cm somente poderá ser derrubada mediante licença ambiental fornecida pelo DEPRN

DAP - Significa medir a "grossura" do tronco da árvore na altura de 1,30 do solo.

(Resolução conjunta SMA/IBAMA/SP no. 1 de 17/02/94)

Como eu faço para conseguir a autorização ?

Procure o DEPRN que irá fornecer o formulário de requerimento e o roteiro de acesso que você deve preencher e juntar à certidão ou matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (com menos e 30 dias)

Precisa também de 4 vias da planta de sua propriedade.

Neste caso você deve procurar um técnico para fazer o mapa: pode ser na Prefeitura, Casa da Agricultura ou mesmo na sua Associação ou Sindicato

(portaria DEPRN n 37 de 13/07/95)

Posso abrir vala na várzea?

Sim. Procure a Casa de Agricultura de seu município e peça um laudo técnico para o Engenheiro Agrônomo. Depois procure o DEPRN que dará a autorização

(Decreto Estadual 750/93)

Posso caçar animais silvestres ?

Não. A caça de animais silvestres é atividade proibida em todo o Estado de São Paulo

(Constituição Paulista, Art 204)

Pode fazer um projeto para criação de animais selvagens?

Sim. A criação em cativeiro de animais selvagens como a capivara e o cateto, inclusive com fins comerciais. A orientação técnica e a aprovação do projeto de manejo devem ser obtidos junto ao IBAMA

Portaria IBAMA No. 118-N, de 15/10/ 1997

Posso pescar nos rios ?

Sim com vara de pescar ou linha de mão pode-se pescar em qualquer lugar ou época do ano sem necessidade e autorização de Qualquer órgão

Se para pescar for usada rede ou outro apetrecho que pesque uma maior Quantidade de peixe para comercialização, você depende de licença do IBAMA e também deve respeitar a época de defeso, época de procriação dos peixes, determinada pelo IBAMA, como é o caso da manjuba.

Posso andar com arma de fogo ?

Não, pois qualquer arma de fogo precisa estar registrada na delegacia e é preciso possuir o porte de arma.

A nova Lei de crimes ambientais também define penas severas para quem estiver armado dentro das Unidades de Conservação

Posso cortar as árvores na beira do Rio ?

Não, pois é área de preservação permanente. Estas árvores fazem parte da mata ciliar e servem para proteger as margens, impedem o assoreamento do rio e são importantes para a alimentação dos peixes e vale para qualquer rio ou curso d'água. Vegetação ao redor de lagoas, lagos, ou reservatórios d'água naturais ou artificiais.

(Código Florestal Art. 2. Alínea a)

Posso desmatar as nascentes dos rios ?

Não, pois é de preservação permanente. A vegetação ao redor das nascentes ou "olhos d'água ajudam na manter as fontes de água

Código Florestal Art. 2. Alínea c

Posso desmatar as área de morro ?

Também não , pois são áreas de preservação permanente. A vegetação existente no topo de morros, montes, montanhas e serras. Em encostas com declividade igual ou superior a 45° .
(Código Florestal Art. 2 ,Constituição Paulista art 197 inciso I)

A comunidade precisa fazer uma cerca, ou reformar uma casa. Pode derrubar a árvore ?

Sim, desde que o produto retirado da floresta seja para o consumo próprio ou da comunidade e sempre com a autorização do DEPRN
(Dec. 750 Art 2 parágrafo único)

Posso queimar a capoeira para plantar ?

Não. O uso do fogo é proibido em São Paulo.
O Decreto 28.848/88 proibiu uso do fogo para limpeza e preparo de solo no Estado de São Paulo.

Como posso conseguir licença para o desmatamento sem o título da terra?

Neste caso a certidão ou matrícula do Cartório de Registro de Imóveis pode ser substituída por documento que comprove a justa posse, como por exemplo a escritura de direitos possessórios ou certidão negativa de ações possessórias (tirada no fórum), ou ainda o cadastro no ITESP.

Os quilombolas, ou moradores de comunidades tradicionais, devem procurar as suas associações

posso usar a lenha com a autorização de desmatamento?

Pode. Se for para uso próprio não precisa de mais nenhuma licença, Se for para levar para fora do seu imóvel, precisa de uma licença de transporte (guia fornecida pelo DEPRN)

Posso desmatar uma área que era usada para o plantio, mas foi abandonada, ?

Se houver capoeira acima de 1,5 m de altura necessita de autorização do DEPRN, mesmo para as áreas que eram usadas para o plantio,
(Resolução conjunta SMA/IBAMA/SP No.1 / 17/02/94)

Posso cortar palmito ?

Sim. Somente com a autorização do DEPRN e com um plano de manejo sustentado.

Se a sua propriedade for menor do que 50 hectares o plano de manejo poderá ser feito pelo DEPRN. Se a área for maior do que 50 hectares você deverá procurar um Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal para elaborar o projeto.

(Resolução. SMA 16 de 21/06/94)

Plantando o palmito vou poder cortar ?

No caso do palmito juçara, você precisa ter autorização do DEPRN para cortar o palmito. A autorização é mais fácil se o palmito estiver ou for plantado, no meio de um bananal por exemplo. Se for plantado dentro da floresta precisa ser elaborado um plano de manejo. Não é preciso autorização para plantar o Juçara.

O palmito de pupunha, por ser de uma espécie exótica da Mata Atlântica, não precisa de autorização.

O que mais a lei permite usar na floresta ?

Além do manejo sustentado do palmito juçara pode ser autorizado a exploração do jacatirão e da caxeta em florestas secundárias, com autorização do DEPRN.

(Resolução SMA 64 de 03/10/97)

Quando for madeira morta, por meio natural e em área que não foi multada pode ser autorizado o seu comércio pelo DEPRN.

É possível também autorização para retirar da floresta árvores e outros produtos para a confecção de canoas e outros utensílios para consumo próprio que não podem ser comercializados.

(Decreto Lei. 750 Art. 2 parágrafo único)

Ainda não existem leis que permitam a utilização de plantas medicinais e ornamentais.

O que são as Unidades de Conservação ?

As Unidades de Conservação são os Parques, Reservas, Estações Ecológicas e APAs, determinadas pelo governo para a preservação ambiental. Existem dois tipos principais:

Os Parques e Estações Ecológicas que não permitem atividades econômicas e a presença de moradores.

As Reservas Extrativistas e APAs que permitem algumas atividades econômicas e a presença de moradores.

O que é a Reserva Florestal Obrigatória ?

A Lei diz que em cada imóvel rural, deve ser deixada uma área de reserva também chamada de Reserva Legal de, no mínimo de 20% de, onde não é permitido o corte raso e que deve ser averbada, ou seja registrada no Cartório de imóveis.

Na Reserva Obrigatória pode-se fazer o manejo sustentado. Por exemplo de palmito.

(Código Florestal, art 16 parágrafo. 2)

MITRA DIOCESANA DE REGISTRO

**Participaram da elaboração da cartilha
moradores das comunidades
quilombolas e técnicos**

**Esta Cartilha foi elaborado
como atividade do Projeto de Apoio
às Comunidades Quilombolas do
Vale do Ribeira, financiado pelo
Convênio FUNDAÇÃO CULTURAL
PALMARES/FINATEC E MINISTÉRIO
DO TRABALHO/FAT.**

Vale do Ribeira, Fevereiro de 1998.

Quais as penalidades que eu posso sofrer se não obedecer a leis ambientais ?

As penalidades para os crimes ambientais variam de acordo com a gravidade do caso e são muito severas. Elas podem ir desde a multa até a prisão.

Existem três tipos de penalidades impostas pela lei:

Administrativa: é a multa da Polícia Florestal, que vem acompanhada de um termo de Interdição e/ou apreensão da atividade.

Criminal - implica em prisão e ou multa, após o inquérito na delegacia. Neste caso pode haver acordo para suspender o processo em caso de penas menores. Com o acordo a prisão é substituída por penas alternativas como trabalhos na comunidade ou na prefeitura, doação de cestas básicas. Normalmente o acordo é proposto pelo Promotor Público na presença do Juiz.

(Lei 9099/96)

Civil - é a obrigação de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para reparar o dano. Por exemplo plantar palmito, pagar cestas básicas etc.

ATENÇÃO: dependendo do caso, as penalidades podem acontecer ao mesmo tempo. Quando se responde uma, não significa que se resolve a outra. Se existirem processos diferentes para a mesma infração é preciso prestar atenção aos prazos de recursos e os acordos para todos eles.

Onde nós podemos conseguir ajuda ?

Ajuda ou orientação pode ser encontrada nos sindicatos de trabalhadores rurais da região e na Comissão Pastoral da Terra - CPT, que é vinculada à Igreja Católica.

No caso do envolvimento em um processo deve-se procurar a ajuda de um advogado.